Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	
Demonstração do Resultado Abrangente	
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	13
Demonstração do Valor Adicionado	
Relatório da Administração	16
Notas Explicativas	43
Pareceres e Declarações	
Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	92
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	95
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	97
Motivos de Reapresentação	98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	357.547.216	
Preferenciais	357.547.216	
Total	715.094.432	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	2.898.526	2.668.241	2.408.156
1.01	Ativo Circulante	406.682	395.134	362.635
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.895	107.464	25.124
1.01.02	Aplicações Financeiras	90.800	49.333	105.194
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	90.800	49.333	105.194
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	90.800	49.333	105.194
1.01.03	Contas a Receber	261.843	201.096	194.107
1.01.03.01	Clientes	186.831	155.255	133.759
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	75.012	45.841	60.348
1.01.04	Estoques	43.144	29.122	28.434
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.000	8.119	9.776
1.01.08.03	Outros	8.000	8.119	9.776
1.02	Ativo Não Circulante	2.491.844	2.273.107	2.045.521
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	186.507	173.242	154.743
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	23.372	19.616	19.387
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	23.372	19.616	19.387
1.02.01.03	Contas a Receber	15.466	6.240	6.517
1.02.01.03.01	Clientes	15.466	6.240	6.517
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	147.669	147.386	128.839
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	77.361	78.500	69.217
1.02.01.09.04	Ativo Fiscal Diferido	38.583	30.111	27.989
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro	31.725	38.775	31.633
1.02.02	Investimentos	304	304	304
1.02.02.01	Participações Societárias	304	304	304
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	304	304	304
1.02.03	Imobilizado	849.717	646.309	450.702
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.916	35.697	30.714
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	813.801	610.612	419.988
1.02.04	Intangível	1.455.316	1.453.252	1.439.772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício	Antepenúltimo Exercício
Conta		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
1.02.04.01	Intangíveis	1.455.316	1.453.252	1.439.772

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	2.898.526	2.668.241	2.408.156
2.01	Passivo Circulante	256.900	230.301	206.862
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.194	51.834	38.613
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.858	19.354	11.141
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.336	32.480	27.472
2.01.02	Fornecedores	53.206	53.276	33.207
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.206	53.276	33.207
2.01.03	Obrigações Fiscais	51.273	25.256	36.832
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50.495	24.608	36.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	28.290	5.273	17.730
2.01.03.01.02	REFIS	12.796	11.446	12.020
2.01.03.01.03	COFINS	6.297	5.214	4.948
2.01.03.01.04	Outros	3.112	2.675	1.590
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	778	648	544
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.103	38.427	40.503
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.103	38.427	40.503
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.233	36.903	39.388
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.870	1.524	1.115
2.01.05	Outras Obrigações	55.373	50.288	43.755
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.462	31.954	20.945
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	30.462	31.954	20.945
2.01.05.02	Outros	24.911	18.334	22.810
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.800	6.477	16.818
2.01.05.02.04	Participações Estatutárias	26	26	26
2.01.05.02.05	Crédito rotativo Banco do Brasil	9.823	9.700	4.305
2.01.05.02.06	Outros	1.262	2.131	1.661
2.01.06	Provisões	8.751	11.220	13.952
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.751	11.220	13.952
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	8.751	11.220	13.952

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02	Passivo Não Circulante	1.302.565	1.159.117	922.918
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	897.973	719.946	449.133
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	897.973	719.946	449.133
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	669.284	566.250	343.836
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	228.689	153.696	105.297
2.02.02	Outras Obrigações	132.623	145.462	168.294
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	62.613	72.977	91.933
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	62.613	72.977	91.933
2.02.02.02	Outros	70.010	72.485	76.361
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	51.074	53.724	57.608
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.853	18.682	18.678
2.02.02.02.05	Outros	83	79	75
2.02.03	Tributos Diferidos	188.319	194.309	200.564
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	188.319	194.309	200.564
2.02.04	Provisões	83.650	99.400	104.927
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	83.650	99.400	104.927
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	128	128	128
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.533	17.726	19.370
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	10.145	51.075	59.513
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	43.844	30.471	25.916
2.03	Patrimônio Líquido	1.339.061	1.278.823	1.278.376
2.03.01	Capital Social Realizado	842.267	842.267	842.267
2.03.02	Reservas de Capital	45.887	45.887	35.408
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	45.887	45.887	35.408
2.03.03	Reservas de Reavaliação	94.415	97.350	100.807
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	94.415	97.350	100.807
2.03.04	Reservas de Lucros	187.139	160.023	152.277
2.03.04.01	Reserva Legal	11.931	10.512	9.966
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	175.208	149.511	142.311

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício	Antepenúltimo Exercício
Conta		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	169.353	133.296	147.617

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	917.429	796.925	744.696
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-412.442	-387.111	-334.831
3.03	Resultado Bruto	504.987	409.814	409.865
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-343.524	-303.343	-210.992
3.04.01	Despesas com Vendas	-86.989	-78.156	-65.776
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-262.169	-219.657	-235.626
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-262.169	-219.657	-235.626
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	43.015	6.604	6.221
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.381	-12.134	84.189
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	161.463	106.471	198.873
3.06	Resultado Financeiro	-124.562	-95.412	-68.183
3.06.01	Receitas Financeiras	20.477	24.951	18.887
3.06.02	Despesas Financeiras	-145.039	-120.363	-87.070
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.901	11.059	130.690
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.527	-123	-55.956
3.08.01	Corrente	-23.016	-8.500	-15.946
3.08.02	Diferido	14.489	8.377	-40.010
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.374	10.936	74.734
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.374	10.936	74.734
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,01140	0,01456	0,09953
3.99.01.02	PN	0,01254	0,01602	0,10949

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	28.374	10.936	74.734
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.374	10.936	74.734

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-31.691	47.786	63.654
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.428	-10.282	67.119
6.01.01.01	Contas a Receber de Clientes	-40.802	-21.218	-7.615
6.01.01.02	Lucro/Prejuízo	28.374	10.936	74.734
6.01.03	Outros	-19.263	58.068	-3.465
6.01.03.01	Depreciações e Amortizações	33.270	69.173	82.184
6.01.03.02	Alienação do Imobilizado	1.480	1.067	105
6.01.03.03	Provisão para Contingências	25.180	2.911	-93.462
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-14.462	-8.377	40.010
6.01.03.05	Dividendos a Distribuir	7.323	-10.341	6.183
6.01.03.06	Estoques	-14.023	-688	617
6.01.03.07	Impostos e Contibuições a Recolher	23.367	-15.461	-22.224
6.01.03.08	Salários e Encargos	-4.640	13.221	410
6.01.03.09	Contas a Pagar de Fornecedores	-70	20.070	10.241
6.01.03.10	Ativos Financeiros	7.050	-7.142	-9.537
6.01.03.11	Depósitos Judiciais	1.139	-9.284	15.160
6.01.03.12	Partes Relacionadas	-11.736	-6.290	17.411
6.01.03.13	Impostos e Contribuições a Recuperar	-25.704	3.392	7.697
6.01.03.14	Convênios com Prefeituras	-218	11.034	-6.390
6.01.03.15	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	-9.004	-11.171	-12.378
6.01.03.16	Plano Previdenciário	-34.395	0	-38.415
6.01.03.17	Crédito rotativo Banco do Brasil	123	5.395	-120
6.01.03.18	Receita Diferida	0	-4	707
6.01.03.19	Outros	-3.943	563	-1.664
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-285.445	-223.695	-200.175
6.02.01	Adições do Imobilizado	-240.160	-304.329	-181.565
6.02.02	Baixa Imobilizado/Intangível devido Municipalização	0	25.009	21.318
6.02.03	Aplicações Financeiras	-45.223	55.633	-22.694
6.02.04	Retorno Imobilizado/Intangível devido Municipalização	-62	-8	-17.234

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	212.567	258.249	142.859
6.03.01	Financiamentos Obtidos	240.450	322.308	335.353
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-59.747	-53.571	-175.860
6.03.03	Créditos para Aumento de Capital	0	10.479	10.634
6.03.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.583	-18.795	-19.104
6.03.06	Distribuição de Dividendos	-8.565	-2.400	-16.818
6.03.07	Compensação de INSS de Exercícios Anteriores	0	0	665
6.03.10	Retorno dos Municípios de Porto Belo e Içara	0	0	8.245
6.03.11	Outros Ajustes	1.139	228	-256
6.03.12	Parcelamento dos municípios de Penha/Piçarras	7.707	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-104.569	82.340	6.338
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	107.464	25.124	18.786
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.895	107.464	25.124

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	195.398	10.512	0	230.646	1.278.823
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.139	0	1.139
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	195.398	10.512	1.139	230.646	1.279.962
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	25.697	1.419	-35.681	0	-8.565
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-8.565	0	-8.565
5.04.09	Reserva Legal	0	0	1.419	-1.419	0	0
5.04.11	Reserva para Fundo de Investimentos	0	25.697	0	-25.697	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.374	0	28.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.374	0	28.374
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	6.168	33.122	39.290
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.585	-4.585	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.124	6.124	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Aptimonial	0	0	0	0	31.583	31.583
5.06.05	Parcelamento dos Municípios Penha/Piçarras	0	0	0	7.707	0	7.707
5.07	Saldos Finais	842.267	221.095	11.931	0	263.768	1.339.061

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	177.719	9.966	0	248.424	1.278.376
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	228	0	228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	177.719	9.966	228	248.424	1.278.604
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	17.679	546	-10.146	0	8.079
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.400	0	-2.400
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de capital	0	10.479	0	0	0	10.479
5.04.09	Reserva Legal	0	0	546	-546	0	0
5.04.11	Reserva para Fundo de Investimentos	0	7.200	0	-7.200	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.935	0	10.935
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.935	0	10.935
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-1.017	-17.778	-18.795
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.239	-5.239	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.256	6.256	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patriminial	0	0	0	0	-29.891	-29.891
5.06.05	Trans. Saída do município de Gravatal	0	0	0	0	11.096	11.096
5.07	Saldos Finais	842.267	195.398	10.512	0	230.646	1.278.823

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	116.632	6.229	0	255.148	1.220.276
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	409	0	409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	116.632	6.229	409	255.148	1.220.685
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	61.087	3.737	-71.008	0	-6.184
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.818	0	-16.818
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de capital	0	10.634	0	0	0	10.634
5.04.09	Reserva Legal	0	0	3.737	-3.737	0	0
5.04.11	Reserva para Fundo de Investimentos	0	50.453	0	-50.453	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.734	0	74.734
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.734	0	74.734
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-4.135	-6.724	-10.859
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5.250	-5.250	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.255	6.255	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patriminial	0	0	0	0	-19.104	-19.104
5.06.05	Retorno dos Municípios de Porto Belo e Içara	0	0	0	-3.130	11.375	8.245
5.07	Saldos Finais	842.267	177.719	9.966	0	248.424	1.278.376

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

7.01 Recetts 6,648.3 881.630 7.01.01 Vendras de Mercadorias, Produtos e Seniços 1,011.284 878.897 828.107.5 7.01.02 Outras Receltas (Desesas) Operacionals 5,634 -5,530 90.410 7.01.04 Outras Receltas (Desesas) Operacionals 1,960 -18,734 -18,796 7.02 Insumos Adquindos de Terceiros -346,558 -311,871 -283,684 7.02.01 Clustos Prodes, Mercs, e Serva, Vendidos -133,012 -120,362 -65,123 7.02.02 Materiais, Energia, Sarva, de Terceiros e Outros -138,648 -176,149 -20,592 7.02.02 Outros -149,000 -15,090 -12,593 7.02.04 Outros -149,000 -15,090 -12,593 7.02.04 Outros -149,000 -15,090 -12,593 7.03.04 Yalor Adicionado Bruto -68,329 -64,790 -61,737 7.04 Depreciação, Amortização e Exaustão -89,229 -64,790 -61,737 7.05 Valor Adicionado Recebido em Transferência 20,47	Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01.02 Outras Receitas 5.634 5.530 9.01.01 7.01.02 Outras Receitas (Desceitas) Operacionais 5.634 5.530 9.04.10 7.01.04 Provisão Receitas (Desceitas) Operacionais 1.9860 1.81.32 1.81.32 7.02 Insumos Adquiridos de Terceiros -346.558 -311.87 283.86 7.02.01 Custos Prodes, Merras e Serva, Vendidos -133.012 -120.362 -65.123 7.02.02 Outros -14,806 -16,491 -265.942 7.02.04 Outros -14,900 -15,090 -12,598 7.03 Valor Adcionado Bruto 66.070 542.762 607.945 7.04 Valor Adcionado Bruto 68.929 -64.790 -61.737 7.04 Perceição Amortização e Exaustão 68.929 -64.790 -61.737 7.05 Valor Adcionado Recebico em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06 Recitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.08 Recitas Financeiras 20.477 24.951	7.01	Receitas	997.258	854.633	891.609
7.01.02.01 Outras Receitas (Despesas) Operacionais 5.634 -5.530 90.410 7.01.02.01 Provisão/Reversão do Crédos, Liquidação Duvidosa -19.600 -19.600 -18.734 -18.376 7.02.01 Custoas Prodis, Mercas e Servas. Vendidos -133.012 -120.302 -65.123 7.02.02 Materiais, Energia, Servas. de Terceiros e Outros -149.004 -176.019 -15.004 7.02.02 Materiais, Energia, Servas. de Terceiros e Outros -149.004 -176.019 -65.123 7.02.02 Materiais, Energia, Servas. de Terceiros e Outros -149.00 -15.004 -16.007 7.02.02 Valor Adicionado Bruto -66.07.00 -64.276 -69.734 7.03 Poerecição, Amortização e Exustão -68.929 -64.790 -61.737 7.04 Deprecição, Amortização e Exustão -61.737 -62.002 -65.173 7.05 Deprecição, Amortização e Exustão -62.002 -65.173 7.06 Vir Adicionado Recebido em Transferência 20.002 -65.002 7.06 Vir Adicionado Recebido em Transferência 20.002 -65.	7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.011.284	878.897	820.175
7.01.04 Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa 19.660 18.734 18.878 7.02 Insumos Adquiridos de Terceiros -346.558 -311.871 -283.684 7.02.01 Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos -133.012 -120.632 -65.232 7.02.02 Materials, Energia, Servs. de Terceiros e Outros -198.648 -176.49 -20.5482 7.02.03 Outros -14,900 -15.000 -12.599 7.03 Valor Adicionado Bruto -68.929 -64.790 -61.737 7.04 Retenções -68.929 -64.790 -61.737 7.04.01 Depredação, Amortização e Exaustão -68.929 -64.790 -61.737 7.05 Valor Adicionado Liquido Produzido 581.771 477.791 -46.008 7.06 Virá Adicionado Recebido em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06.02 Receitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602.248 502.923 56.005 7.08.01 Pessoal </td <td>7.01.02</td> <td>Outras Receitas</td> <td>5.634</td> <td>-5.530</td> <td>90.410</td>	7.01.02	Outras Receitas	5.634	-5.530	90.410
7.02 Insumos Adquiridos de Terceiros .346.558 .311.871 .283.664 7.02 10 Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos .133.012 .120.302 .451.23 7.02 02 Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros .198.66 .176.419 .262.28 7.02 04 Outros .14.900 .15.090 .12.599 7.03 Valor Adicionado Bruto .650.700 .542,762 .607.945 7.04 Retenções .68.929 .64.790 .61.737 7.04 01 Opereciação, Amortização e Exaustão .68.929 .64.790 .61.737 7.05 Valor Adicionado Receitode em Transferência .20.477 .49.51 .18.887 7.06 Vir Adicionado Total a Distribuir .20.477 .49.51 .18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir .60.248 .50.293 .565.095 7.08 101 Pessoal .26.75 .23.681 .25.77 7.08.01.02 Femmeração Direta .26.55 .21.461 .25.51 7.08.01.03 F.G.T.S. .14.454 <td>7.01.02.01</td> <td>Outras Receitas(Despesas) Operacionais</td> <td>5.634</td> <td>-5.530</td> <td>90.410</td>	7.01.02.01	Outras Receitas(Despesas) Operacionais	5.634	-5.530	90.410
7.02.01 Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos -133.012 -120.362 -65.123 7.02.02 Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros -198.466 -176.419 -205.442 7.02.04 Outros -14.900 -15.090 -12.599 7.03 Valor Adicionado Bruto -66.0700 56.2702 -67.737 7.04 Retenções -68.929 -64.790 -61.737 7.05 Valor Adicionado Líquido Produzido 581.771 47.972 546.208 7.06 Valor Adicionado Recebido em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06.02 Receitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuír 602.248 502.923 565.095 7.08 Distribução do Valor Adicionado 20.477 24.951 18.887 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 22.555 7.08.01 Remuneração Direta 20.555 176.032 152.513 7.08.01.02 F.G.T.S. 22.65 24.13	7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.660	-18.734	-18.976
7.0.2.0.2. Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros .198.646 .176.419 .205.948 7.0.2.0.4. Outros .14.900 .15.090 .12.599 7.0.3. Valor Adicionado Bruto .650.700 .54.762 .607.945 7.0.4. Retenções .68.929 .64.790 .61.737 7.0.5. Valor Adicionado Liquido Produzido .581.771 .477.972 .548.088 7.0.6. Receitas Financeiras .20.477 .49.51 .18.887 7.0.6. Receitas Financeiras .20.477 .49.51 .18.887 7.0.7 Valor Adicionado Total a Distribuír .60.224 .50.293 .56.5095 7.0.8 Distribução do Valor Adicionado .60.248 .50.293 .56.5095 7.0.8 Distribução do Valor Adicionado .267.795 .21.61 .22.50 7.0.8 Distribução do Valor Adicionado .26.7795 .21.61 .25.51 7.0.8 Distribução do Valor Adicionado .26.556 .17.03.2 .15.251 7.0.8 Distribução do Valor Adicionado	7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-346.558	-311.871	-283.664
7.02.04 Outros -14.900 -15.090 -12.598 7.03 Valor Adicionado Bruto 660,700 542,762 607.948 7.04 Retenções -68,929 -64,790 -61.737 7.04.01 Depreciação, Amortização e Exaustão -68,929 -64,790 -61.737 7.05 Valor Adicionado Líquido Produzido 581,771 477,972 546,208 7.06 Vir Adicionado Recebido em Transferência 20,477 24,951 18,887 7.06.02 Recelas Financeiras 20,477 24,951 18,887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602,248 502,923 565,095 7.08 Distribuíção do Valor Adicionado 602,248 502,923 565,095 7.08.01 Pessoal 267,795 234,661 225,370 7.08.01,02 Remuneração Direta 15,434 13,527 15,213 7.08.01,02 Senfeicios 15,434 13,527 11,428 7.08.01,04 Outros 2,265 2,413 3,417	7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-133.012	-120.362	-65.123
7.03 Valor Adicionado Bruto 650.700 542.762 607.945 7.04 Retenções -68.929 -64.790 -61.737 7.04.01 Depreiação, Amortização e Exaustão -68.929 -64.790 -61.737 7.05 Valor Adicionado Líquido Produzido 581.771 477.972 546.208 7.06 Vir Adicionado Recebido em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06 Receitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 60.2248 502.923 565.095 7.08 Distribuição do Valor Adicionado 602.248 502.923 565.095 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.370 7.08.01.01 Remuneração Direta 20.5556 176.032 152.513 7.08.01.02 Beneficio 44.540 42.709 565.095 7.08.01.03 F.G.T.S. 41.43 13.527 11.428 7.08.01.04 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02.02 Incentral Servica Servica Servica Servica Servica Servica	7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-198.646	-176.419	-205.942
7.04 Retenções -68.929 -64.790 -61.737 7.04.01 Depreciação, Amortização e Exaustão -68.929 -64.790 -61.737 7.05 Valor Adicionado Líquido Produzido 581.771 477.972 546.208 7.06 Vir Adicionado Recebido em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06 02 Receitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602.248 502.923 565.095 7.08 Distribuição do Valor Adicionado 602.248 502.923 565.095 7.08.01.01 Remuneração Direta 267.795 234.681 225.370 7.08.01.02 Beneficios 41.502 152.51 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 43.527 11.428 7.08.01.04 Untros 2.265 2.413 3.417 7.08.02.04 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 177.92	7.02.04	Outros	-14.900	-15.090	-12.599
7.04.01 Depreciação, Amortização e Exaustão -68.929 -64.790 -61.737 7.05 Valor Adicionado Líquido Produzido 581.771 477.972 546.208 7.06 Vir Adicionado Recebido em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06.02 Recitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602.248 502.923 565.095 7.08 Distribuição do Valor Adicionado 602.248 502.923 565.095 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.376 7.08.01.02 Benefícios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 22.65 2.413 3.417 7.08.01.04 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 13.694 17.91 7.08.02.0 Pederais 15.939 134.983 176.193 7.08.02.0 Estaduais 1.86 1.98 1.78	7.03	Valor Adicionado Bruto	650.700	542.762	607.945
7.05 Valor Adicionado Líquido Produzido 581.771 477.972 546.208 7.06 VIr Adicionado Recebido em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06.02 Receitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602.248 502.923 565.095 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.370 7.08.01.01 Remuneração Direta 267.795 234.681 225.370 7.08.01.02 Benéficios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02.01 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.810 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1.45.09 1.80.09 1.80.09	7.04	Retenções	-68.929	-64.790	-61.737
7.06 VIr Adicionado Recebido em Transferência 20.477 24.951 18.887 7.06.02 Receitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602.248 502.923 565.095 7.08 Distribuição do Valor Adicionado 602.248 502.923 565.095 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.370 7.08.01.01 Remuneração Direta 205.556 176.032 152.513 7.08.01.02 Benefícios 44.504 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.488 7.08.01.04 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02.04 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02.01 Federais 161.040 136.943 177.921 7.08.02.02 Estaduais 15.933 134.983 176.190 7.08.02.03 Municipais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 12.635 2.413 3.761 <td>7.04.01</td> <td>Depreciação, Amortização e Exaustão</td> <td>-68.929</td> <td>-64.790</td> <td>-61.737</td>	7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.929	-64.790	-61.737
7.06.02 Receitas Financeiras 20.477 24.951 18.887 7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602.248 502.923 565.095 7.08 Distribuição do Valor Adicionado 602.248 502.923 565.095 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.370 7.08.01.01 Remuneração Direta 205.556 176.032 152.513 7.08.01.02 Benefícios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.48 7.08.01.04.1 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.92 7.08.02.02 Estaduais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.03 Municipais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	581.771	477.972	546.208
7.07 Valor Adicionado Total a Distribuir 602.248 502.923 565.095 7.08 Distribuição do Valor Adicionado 602.248 502.923 565.095 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.370 7.08.01.01 Remuneração Direta 205.556 176.032 152.513 7.08.01.02 Benefícios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.05 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.546 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1.731 2.676 1.731 2.080 1.731 7.08.02.03 Municipais 1.731 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 2.080 <th< td=""><td>7.06</td><td>VIr Adicionado Recebido em Transferência</td><td>20.477</td><td>24.951</td><td>18.887</td></th<>	7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	20.477	24.951	18.887
7.08 Distribuição do Valor Adicionado 602.248 502.923 565.095 7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.370 7.08.01.01 Remuneração Direta 205.556 176.032 152.513 7.08.01.02 Benefícios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.92 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Staduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 38.707	7.06.02	Receitas Financeiras	20.477	24.951	18.887
7.08.01 Pessoal 267.795 234.681 225.370 7.08.01.01 Remuneração Direta 205.556 176.032 152.513 7.08.01.02 Benefícios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 387.070 87.070	7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	602.248	502.923	565.095
7.08.01.01 Remuneração Direta 205.556 176.032 152.513 7.08.01.02 Benefícios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 387.070	7.08	Distribuição do Valor Adicionado	602.248	502.923	565.095
7.08.01.02 Benefícios 44.540 42.709 58.012 7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.01	Pessoal	267.795	234.681	225.370
7.08.01.03 F.G.T.S. 15.434 13.527 11.428 7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 185.039 120.363 87.070	7.08.01.01	Remuneração Direta	205.556	176.032	152.513
7.08.01.04 Outros 2.265 2.413 3.417 7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.01.02	Benefícios	44.540	42.709	58.012
7.08.01.04.01 Plano de Demissão Voluntária Incentivada 2.265 2.413 3.417 7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.01.03	F.G.T.S.	15.434	13.527	11.428
7.08.02 Impostos, Taxas e Contribuições 161.040 136.943 177.921 7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.01.04	Outros	2.265	2.413	3.417
7.08.02.01 Federais 159.393 134.983 176.190 7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.01.04.01	Plano de Demissão Voluntária Incentivada	2.265	2.413	3.417
7.08.02.02 Estaduais 1.646 1.958 1.731 7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	161.040	136.943	177.921
7.08.02.03 Municipais 1 2 0 7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.02.01	Federais	159.393	134.983	176.190
7.08.03 Remuneração de Capitais de Terceiros 145.039 120.363 87.070	7.08.02.02	Estaduais	1.646	1.958	1.731
	7.08.02.03	Municipais	1	2	0
7.08.03.01 Juros 83.545 109.445 78.270	7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	145.039	120.363	87.070
	7.08.03.01	Juros	83.545	109.445	78.270

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.03.03	Outras	61.494	10.918	8.800
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	715	1.249	431
7.08.03.03.02	Multas e Acréscimos Moratórios	0	0	6.703
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	60.779	9.669	1.666
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.374	10.936	74.734
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.374	10.936	74.734

> A CASAN

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN é uma empresa pública de economia mista, de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas. Atua como concessionária do setor de saneamento, desenvolvendo atividades que compreendem os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo desde as atividades de planejamento e elaboração de projetos até sua execução, ampliação, comercialização e exploração dos serviços de saneamento.

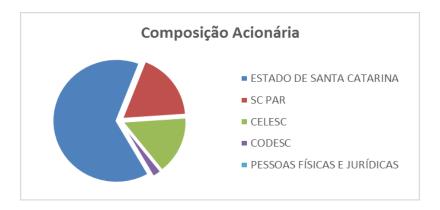
Em 2 de julho de 2016 a Companhia completou 45 anos de existência, cumprindo com êxito nesse período sua missão de "Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável", contribuindo de forma significativa para a melhora da qualidade de vida dos catarinenses.

Com a força do trabalho dos seus 2,6 mil colaboradores, junto com governo, prestadores de serviços e fornecedores, que atuam na gestão, operação e manutenção dos seus 231 Sistemas de Abastecimento de Água e 38 Sistemas de Esgotamento Sanitário, a CASAN atende uma população de mais de 2,8 milhões de pessoas, distribuídos nos 197 municípios catarinenses e 1 paranaense, além de fornecer água no atacado para outros 4 municípios clientes atendendo mais 198 mil pessoas.

Em 2016, a CASAN obteve uma receita operacional recorde de R\$ 1,011 bilhão, resultado de uma política de comercialização, investimentos na ampliação da cobertura dos seus serviços e na aplicação de política tarifária resultando em um reajuste linear de 10,81% na tarifa, concedida e aprovada pelas Agências Reguladoras de Saneamento que atuam em SC.

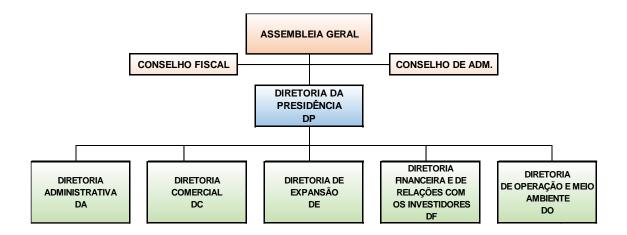
> ESTRUTURA ACIONÁRIA

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERÊNCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
ESTADO DE SANTA CATARINA	221.413.722	61,9	237.722.771	66,5	459.136.493	64,2
SC PAR	64.451.065	18,0	64.451.112	18,0	128.902.177	18,0
CELESC	55.358.800	15,5	55.357.200	15,5	110.716.000	15,5
CODESC	16.315.575	4,6	0	0,0	16.315.575	2,3
PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	8.054	0,0	16.133	0,0	24.187	0,0
Total	357.547.216	100,0	357.547.216	100,0	715.094.432	100,0

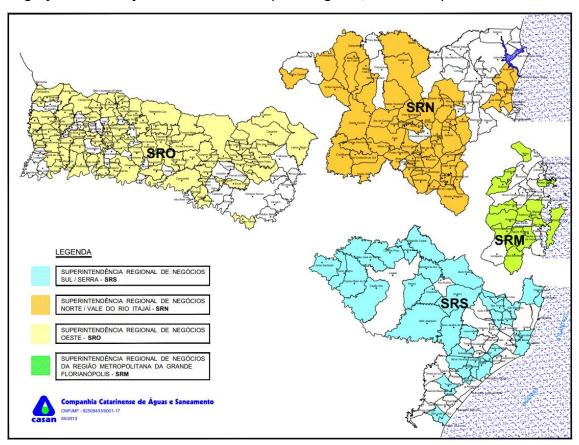


> ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Conduzida por uma diretoria colegiada subordinada às estruturas de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas) conforme demonstrado abaixo:



A Companhia na área de sua atuação está dividida em 4 Superintendências Regionais de Negócios, com a finalidade de conceder suporte às operações, visando uma maior agilidade e integração de suas ações com seus municípios coligados, conforme quadro abaixo:



Abrangência dos Serviços das Superintendências Regionais - 2016

Superintendência	Municípios	Á	gua	Esgoto		
Superintendencia	Widilicipios	Ligações	Economias	Ligações	Economias	
Metropolitana - SRM	14	195.078	378.382	50.032	158.547	
Oeste - SRO	90	230.428	296.663	17.292	34.138	
Sul/Serra - SRS	37	158.468	207.279	13.129	33.013	
Norte/Vale - SRN	57	191.356	225.063	1.895	3.648	
Total CASAN	198	775.330	1.107.387	82.348	229.346	

> CONTRATOS DE PROGRAMA E RELAÇÃO COM O PODER CONCEDENTE

No que tange à relação entre a CASAN e o Poder Concedente (Municípios), a sua regularização contratual está sendo aos poucos substituída por instrumento jurídico denominado "Contrato de Programa", instituído através da Lei Federal 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico, criando um novo ambiente regulatório para o setor. Esse instrumento, que substitui os contratos de concessão, representa um avanço institucional, pois garante solidez para o negócio e segurança para os investimentos, por assegurar a permanente prestação dos serviços, de modo planejado, através da operacionalização e execução das metas e ações que constam nos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Nessa direção, a Companhia vem atuando e 60% da sua receita já é proveniente de Municípios em que foram assinados Contratos de Programa e na perspectiva de seguir formalizando esse instrumento junto aos demais Municípios, a Diretoria Executiva já tem iniciadas tratativas com diversos municípios responsáveis por mais boa parte da receita.

> INDICADORES OPERACIONAIS

No ano de 2016 foi registrado um aumento de 1,7% no número de economias de água e de 6,3% no número de economias de esgoto.

Evolução das Ligações e Economias de Água - 2011-2016

Especific	Especificação		2012	2013	2014	2015	2016
RESIDENCIAL	ligações	634.041	642.568	662.587	679.864	708.166	716.777
RESIDENCIAL	economias	841.199	863.541	901.427	945.546	973.580	990.564
CONTENCIAL	ligações	44.228	44.495	46.893	52.435	40.124	40.772
COMERCIAL	economias	78.387	79.616	84.595	92.711	93.958	95.381
INDUSTRIAL	ligações	3.960	4.191	4.668	5.705	5.212	5.186
INDUSTRIAL	economias	4.711	4.911	5.286	6.579	6.226	6.178
PÚBLICA	ligações	10.939	11.054	11.496	12.652	12.262	12.595
PUBLICA	economias	12.679	12.791	13.254	14.438	14.799	15.264
TOTAL	ligações	693.168	702.308	725.644	750.656	765.764	775.330
TOTAL	economias	936.976	960.859	1.004.562	1.059.274	1.088.563	1.107.387

RELATÓRIO INTEGRANTE DO BALANÇO CONTÁBIL 2016

Página 4

Evolução das Ligações e Economias de Esgoto - 2011-2016

Especific	ação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RESIDENCIAL	ligações	52.254	53.151	56.236	58.505	64.222	70.400
	economias	145.483	150.514	161.638	170.918	181.416	193.970
	ligações	8.469	8.609	9.463	10.468	9.140	9.730
COMERCIAL	economias	26.202	26.632	29.574	31.034	31.363	32.322
INDUCTOIAL	ligações	493	502	547	672	670	711
INDUSTRIAL	economias	685	715	764	886	864	905
PÚBLICA	ligações	1.120	1.140	1.248	1.377	1.403	1.507
PUBLICA	economias	1.592	1.624	1.780	1.933	2.013	2.149
TOTAL	ligações	62.336	63.402	67.494	71.022	75.435	82.348
TOTAL	economias	173.962	179.485	193.756	204.771	215.656	229.346

Evolução do Volume Disponibilizado - 2011/2016 (1.000m³)

Volume (m³)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Disponibilizado Água	204.764	209.216	229.322	229.430	228.276	258.422

Evolução do Volume Faturado de Água por Categoria - 2011/2016 (1.000m³)

Categoria	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	123.082	129.728	133.913	140.245	141.338	145.277
Comercial	14.927	14.922	15.462	16.350	16.378	16.796
Industrial	3.080	3.024	2.947	3.029	3.027	2.828
Pública	17.938	20.693	22.335	22.358	22.444	23.836
Total	159.026	168.367	174.657	181.981	183.186	188.736

Evolução do Volume Faturado de Esgoto por Categoria - 2011/2016 (1.000m³)

Categoria	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	21.105	22.550	23.558	24.763	25.460	27.146
Comercial	4.611	4.755	5.079	5.520	5.543	5.749
Industrial	303	368	305	343	295	300
Pública	1.476	1.553	1.649	1.739	1.797	1.842
Total	27.495	29.226	30.591	32.365	33.095	35.037

➢ OPERAÇÃO VERÃO 2016/2017

A Operação Verão 2016/2017 da CASAN manteve o reforço no abastecimento conquistado com obras estruturais executadas nos últimos anos e que trouxeram mais produção, capacidade de distribuição e reserva de água, principalmente em cidades do Litoral.

Projetos desenvolvidos desde o verão passado também permitiram a execução de um conjunto de ações voltadas ao esgotamento sanitário e ao controle da poluição no Norte da Ilha de Santa Catarina.

Na região da Grande Florianópolis a maior segurança no abastecimento foi conquistada com a implantação do sistema Flocodecantador na Estação de Tratamento de Água do Morro dos Quadros, localizada em Palhoça. Essa unidade é responsável por quase 50% da água consumida no Sistema Integrado de Abastecimento de Florianópolis. Em operação desde dezembro de 2015, ampliou a capacidade de tratamento de água captada dos rios Pilões e Cubatão de 2 mil litros por segundo para 3 mil litros por segundo.

Em relação à distribuição, a CASAN contou mais uma vez com o primeiro trecho da macroadutora do Itacorubi, que permitiu levar água do Sistema Integrado de Abastecimento (SIS) da Grande Florianópolis ao Sistema Costa Norte. São atendidas pelo Costa Norte algumas das praias mais procuradas na Ilha durante o verão, como Canasvieiras, Jurerê, Daniela e Ingleses.

Outra melhoria em plena operação e que trouxe mais tranquilidade ao abastecimento é o reservatório em aço vitrificado implantado no Morro das Antenas, em Ingleses. A unidade tem capacidade de armazenamento de 3 milhões de litros de água, elevando a reservação no Norte da Ilha a quase 9 milhões de litros.

No Sistema de Abastecimento Costa Norte, um dos mais demandados durante a temporada, a Companhia executou um conjunto de obras que trouxe mais segurança para um fornecimento regular de água.

As melhorias operacionais otimizaram os sistemas e deram mais segurança para o abastecimento na alta temporada. Foram também instalados geradores de energia em todas

as unidades dos sistemas de abastecimento e caminhões-pipa foram contratados em sistema de prontidão, para atendimento de emergências.

Na área de esgotamento sanitário, a CASAN executou um conjunto de 15 ações voltadas a contribuir com a despoluição da região do Rio do Braz, no Norte da Ilha. Instalada junto à Estação de Tratamento de Esgotos de Canasvieiras, uma nova ETE compacta entrou em operação em dezembro de 2016.

A unidade implantada em tempo recorde (entre março e dezembro de 2016 foi projetada, licitada e construída) trouxe mais capacidade de tratamento para a região, sendo direcionada a atender a demanda provocada por ligações irregulares de água da chuva no sistema de esgotos da CASAN. A nova ETE compacta tem capacidade de tratar 100 litros de esgotos por segundo, elevando em cerca de 50% a capacidade da Estação existente em Canasvieiras.

A CASAN implantou também uma Unidade de Recuperação Ambiental (URA) para coletar e tratar a água do Rio do Braz, colaborando com a recuperação desse ambiente há décadas contaminado. A partir da coleta no Rio do Braz e em seus canais alimentadores, o equipamento faz a depuração de 605 mil litros de água por dia, acelerando o processo de despoluição que ocorre na natureza.

Limpeza das margens e do entorno do Rio do Braz, lacre de ligações irregulares na rede de coleta de esgotos após diagnóstico a partir de testes de fumaça e de videoinspeção e estudo ambiental para posterior desassoreamento foram outras ações que integraram o trabalho da Companhia voltado ao Norte da Ilha na temporada 2016-2017.

Outras cidades do Litoral que recebem grande número de visitantes, como Porto Belo, Laguna, Balneário Barra Velha e Balneário Barra do Sul, também contaram com melhorias estruturais já realizadas nos sistemas de abastecimento, assim como providências para atendimento de emergência, como instalação de geradores e contratação de caminhões-pipa que ficaram de prontidão para emergências.

> INVESTIMENTO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL

Dando continuidade aos projetos de desenvolvimento socioeconômico e cultural em Santa Catarina, a CASAN investiu em incentivos fiscais, contribuindo com doações financeiras e apoio material para a implementação de projetos em todo o Estado.

Em 2016 foram mais de R\$ 700 mil reais aplicados em apoios às ações culturais, ambientais e sociais, fundamentados na Lei de Incentivos Fiscais (Lei Rouanet), Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Programa Nacional de Atenção Oncológica e Fundos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso, entre outros.

Apoio a projetos diversos

Em 2016 a CASAN recebeu solicitações para apoio a projetos das mais diversas áreas, onde disponibilizou sua Unidade Móvel de Atendimento com distribuição de materiais institucionais, exibição de vídeos e distribuição de copos com água, promovendo sua imagem institucional.

Trata-se de projetos que objetivam levar cidadania à população disponibilizando uma série de serviços gratuitos. A partir de trabalhos voluntários, os projetos proporcionam a emissão de documentos (certidão de nascimento, CPF, CTPS), corte de cabelo, escovação dentária, exames de hipertensão e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros serviços prestados. Além disso, atividades ligadas às áreas de trabalho, educação, saúde e lazer foram colocadas à disposição do público.

Comunicação Social

As atividades de comunicação durante o ano de 2016 mostraram a importância de se manter a base de um trabalho voltado para a transparência e agilidade nas informações prestadas.

Destacamos as campanhas "Balneabilidade", "Saneamento Básico", "Esclarecimento Saneamento Básico (Mídias Sociais)", "Sistema de Esgotamento Sanitário Bombinhas", "On e Off Likes", "Sistema de Esgotamento Sanitário Rio do Sul" e "Sistema de Esgotamento Sanitário Laguna", que através da publicidade em TV, jornal e rádio buscou uma linha de

comunicação com a população sobre importante papel do Governo do Estado de Santa Catarina, através da CASAN, em levar melhor qualidade de vida a população Catarinense.

A Gerência de Comunicação Social liderou duas ações de grande valia para o quadro funcional e que também se refletiram em comunicação externa da Companhia. A primeira delas foi durante a cerimônia de aniversário de 45 Anos da empresa, celebrados em uma Sessão Solene na Assembleia Legislativa. Durante esta cerimônia a Companhia homenageou todos os funcionários com 40 anos ou mais de trabalho dedicado à empresa, num momento envolto em grande emoção dos homenageados, dos colegas e familiares.

Outra ação foi a organização do Livro 45 Anos, Uma História Cheia de Futuro, que foi produzido para registrar a origem da empresa, seu desenvolvimento e o estágio onde atualmente ela se encontra. Cada funcionário vai receber o seu exemplar, como forma de agradecimento da Diretoria à dedicação e empenho diário demonstrado em prol da população catarinense.

> <u>DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO</u>

Desempenho Financeiro

No exercício de 2016, a CASAN auferiu receita de aproximadamente R\$1 bilhão em razão da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 15% superior ao apurado no exercício anterior.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 81% da receita obtida em 2016, o equivalente a R\$816 milhões. Enquanto isso, as tarifas referentes às operações na área de esgotamento sanitário representaram 17% da receita, ou R\$170,9 milhões. Os 2% restantes, R\$24,4 milhões, compreendem outros serviços prestados pela Companhia, como ligações, acréscimos por impontualidade, consertos de hidrômetros etc.

Os custos e despesas totalizaram R\$849,8 milhões no ano, o que corresponde a um acréscimo de 10% em relação ao ano anterior. Esse aumento deve-se principalmente ao crescimento observado nas despesas gerais e administrativas da Companhia, refletindo o crescimento das despesas com ações cíveis e trabalhistas. A despesa financeira líquida

cresceu 31%, atingindo R\$124,6 milhões em 2016, em função dos juros da operação de Debêntures e também da quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário de PETROS, POSTALIS, PROSPER e FIPECQ. O resultado apurado antes dos impostos sobre o lucro, da ordem de R\$36,9 milhões, é 2,3 vezes maior do que o apurado em 2015.

Crescimento significativo também foi verificado no lucro líquido do exercício, que passou de R\$10,9 milhões para R\$28,4 milhões (acréscimo de 159%). O crescimento das receitas em montante superior ao observado nas despesas do exercício é fator preponderante para o bom desempenho econômico verificado em 2016.

Comparativo dos Resultados CASAN – 2011/2016 (R\$ mil)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Operacional	594.058	673.552	727.015	820.175	878.897	1.011.284
Custos / Despesas	(555.405)	(622.035)	(623.706)	(621.302)	(772.426)	(849.821)
Resultado Financeiro	(28.804)	(31.620)	(35.972)	(68.183)	(95.413)	(124.562)
Resultado antes do IR e da CSLL	9.849	19.897	67.337	130.690	11.058	36.901
Resultado Líquido do Exercício	7.904	21.418	41.584	74.734	10.936	28.374

Os indicadores apurados em 2016 demonstram a evolução do desempenho econômico da CASAN. Verificaram-se melhorias na receita, nos resultados, na rentabilidade patrimonial e nas margens apuradas. Destaca-se a Margem Operacional, cujo resultado em 2016 foi superior ao dobro do apurado no ano anterior. Em contrapartida, o endividamento da Companhia elevou-se e sua liquidez reduziu-se em 2016. Esse cenário reflete o movimento de ampliação do atendimento da CASAN, já que boa parte dos investimentos está sendo realizada com recursos financiados.

Indicadores Econômicos CASAN - 2011/2016

INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo Total (AT)	2.288.511	2.247.279	2.328.908	2.408.156	2.668.241	2.898.526
Patrimônio Liquido (PL)	1.277.898	1.236.642	1.220.275	1.278.376	1.278.823	1.339.061
Receita Operacional Líquida (ROL)	539.155	610.342	659.952	744.696	796.924	917.429
Lucro Liquido (LL)	7.904	21.418	41.584	74.734	10.936	28.374
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,44	0,44	0,47	0,46	0,51	0,53
EBITDA Ajustado¹	71.416	142.876	172.350	168.313	175.564	255.273
EBIT Ajustado¹	33.261	81.628	108.884	106.576	110.774	186.344
Geração de Caixa Ajustada¹	55.311	143.248	173.949	107.551	194.937	196.016
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,11	0,11	0,14	0,20	0,28	0,32
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,42	0,45	0,29	0,08	0,05	0,04
Margem Bruta (LB/ROL)	57,30%	56,58%	56,47%	55,04%	51,42%	55,04%
Margem Operacional (LO/ROL)	1,66%	4,10%	10,06%	17,54%	1,42%	3,97%
Margem Liquida (LL/ROL)	1,47%	3,51%	6,30%	10,04%	1,37%	3,09%
Margem EBITDA Ajustada (EBITDA/ROL) ¹	13,25%	23,41%	26,12%	22,60%	22,03%	27,82%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	0,61%	1,71%	3,36%	5,76%	0,84%	2,09%
Liquidez Geral ((AC + ANC)/(PC + PNC - RD))	0,54	0,49	0,49	0,47	0,41	0,39
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,23	1,07	1,34	1,75	1,72	1,58
Covenant Debêntures ²	NA	NA	NA	NA	3,3	3,2
Impostos/Receita Bruta ³	9,47%	11,45%	12,67%	11,15%	10,29%	11,56%

¹ Indicadores ajustados em função da exclusão das despesas com provisões trabalhistas e cíveis do cálculo do EBITDA.

Obs. 1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido.

> POLÍTICA TARIFÁRIA

A política tarifária tem como referência uma tabela tarifária única, separada por categorias de consumidores e com escalas por faixas/quantidades crescentes de consumo, que é vigente para todos os municípios que detém a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

²Dívida Líquida / EBITDA >= 3,2, conforme definido em contrato. Aplicável à CASAN a partir de 2015. Cálculos realizados utilizando o EBITDA Ajustado.

³ Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL.

Essa política, de grande relevância para a sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro dos SAA e/ou SES nos municípios onde a CASAN atua, visa buscar um ponto de equilíbrio, que permita-nos oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela Companhia, ao mesmo tempo que busca inibir consumo supérfluo, evitar desperdício de recursos, além de gerar recursos para investimentos afim de atingir a universalização (modelo fundamentado no Decreto Federal nº 7.217/2010 e aprovado pelas Agências Reguladoras).

FIGURA REPRESENTATIVA DO EQUILÍBRIO ENTRE SUSTENTABILIDADE E PREÇO DA ÁGUA (Com base na Lei 11.445/07 e decreto 7.217/10)



Para manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, que é constantemente alterado devido às perdas inflacionárias, às mudanças de mercado e a necessidade de cumprir metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de ampliação e melhoria dos SAA e SES, a CASAN tem assegurado o direito de solicitar as Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses, além de revisões periódicas ou extraordinárias.

No ano de 2016, a CASAN aplicou no mês de agosto um **reajuste tarifário**, homologado pelas Agências Reguladoras, aos Serviços de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários no percentual de **10,81%**, aplicado de forma linear, em todas as categorias e faixas de consumo.

Após este reajuste a tarifa mínima residencial normal que representa quase 90% do nosso número total de clientes passou a ser de R\$39,77/mês.

Reajustes Tarifários - 2011 a 2016

VIGÊNCIA	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual (%)	5,41	8,60	6,82	7,15	11,94	10,81

Tarifa Social

A CASAN possui uma tarifa diferenciada denominada Tarifa Social, com valor especial bastante reduzido. É destinada à população de baixa renda, visando a inclusão social dessas pessoas, facilitando a elas o acesso aos nossos serviços de saneamento e assim melhorando a qualidade de vida e gerando reflexos diretos na saúde e no bem-estar.

No ano de 2016, mais de 7.300 (sete mil e trezentas) famílias foram beneficiadas com a Tarifa Social.

> GESTÃO EMPRESARIAL

Investimentos, Planejamento e Metas

Evolução dos Investimentos - 2011/2016 - (R\$ 1.000)

Distribuição dos Investimentos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total no Período	%
Água	24.127	45.908	29.253	55.282	84.246	66.453	305.269	29,97%
Esgoto	46.949	55.320	64.729	101.238	187.628	158.446	614.310	60,30%
Outros	2.297	3.441	20.673	25.045	32.455	15.261	99.172	9,73%
Total	73.373	104.669	114.655	181.565	304.329	240.160	1.018.751	100,00%

Dentre os diversos investimentos realizados pela CASAN ao longo de 2016, destacam-se os realizados nas seguintes obras:

MUNICÍPIO	SISTEMA / OBRA
ARAQUARI	Sistema de Esgotamento Sanitário - Centro/Itinga
BARRA DO SUL	Sistema de Esgotamento Sanitário
BIGUAÇU	Sistema de Esgotamento Sanitário
BRAÇO DO NORTE	Sistema de Esgotamento Sanitário
CANOINHAS	Sistema de Esgotamento Sanitário
CONCÓRDIA	Sistema de Esgotamento Sanitário
CRICIÚMA	Sistema Integrado de Abastecimento da Água - Estudos e Projetos
CRICIÚMA	Sistema de Esgotamento Sanitário Criciúma - Próspera
CURITIBANOS	Sistema de Esgotamento Sanitário
FLORIANÓPOLIS	Sistema Integrado de Abastecimento da Água - Adutora Itacorubi
FLORIANÓPOLIS	Sistema de Abastecimento da Água Costa Norte - Reservatório Ingleses
FLORIANÓPOLIS	Sistema de Esgotamento Sanitário e Abastecimento da Água - Morro da Cruz
FLORIANÓPOLIS	Sistema de Esgotamento Sanitário - Lagoinha / Praia Brava
FLORIANÓPOLIS	Sistema Integrado de Abastecimento da Água - Adutora 1200
FLORIANÓPOLIS	Sistema Integrado de Abastecimento da Água - ETA Morro dos Quadros

FLORIANÓPOLIS	Sistema de Esgotamento Sanitário – Abrão / Capoeiras
FLORIANÓPOLIS	Sistema de Esgotamento Sanitário - Canasvieiras
FLORIANÓPOLIS/SÃO JOSÉ	Recomposição Pavimentação
FORQUILHINHAS	Sistema de Esgotamento Sanitário
GAROPABA	Sistema de Esgotamento Sanitário
IBIRAMA	Sistema de Esgotamento Sanitário
ITUPORANGA	Sistema de Esgotamento Sanitário
JICA	Consultoria
LAGUNA	Sistema de Esgotamento Sanitário
LAURO MULLER	Sistema de Esgotamento Sanitário
MAFRA	Sistema de Esgotamento Sanitário
OTACÍLIO COSTA	Sistema de Esgotamento Sanitário
BALNEÁRIO PIÇARRAS	Sistema de Esgotamento Sanitário
RIO DO SUL	Sistema de Esgotamento Sanitário
SÃO JOSÉ	Sistema de Esgotamento Sanitário - Estudos e Projetos
SÃO JOSÉ	Sistema de Esgotamento Sanitário - Ponte de Baixo
SÃO JOSÉ	Sistema de Abastecimento da Água - Reservatórios
SUPERINTENDÊNCIAS	Estudos técnicos e projetos Sistema de Esgotamento Sanitário

Outros Investimentos Relevantes

Além dos grandes investimentos na implantação e ampliação dos sistemas de água e esgoto, a CASAN também realizou no ano de 2016 outros significativos investimentos para a manutenção e melhoria na prestação dos serviços:

Melhorias Operacionais

Deu-se continuidade aos investimentos fruto do planejamento operacional, em que destacam-se: programa de macromedição, manutenção de tubulações, revitalização de unidades operacionais, manutenção eletromecânica, programa de redução de perdas de água, substituição de produtos de tratamento, programa para o tratamento de efluentes de ETAs, diagnóstico de SAA e SES, programa de automação e telemetria, programa de eficiência energética, manutenção e perfuração de poços, acreditação de laboratórios na NBR ISO 17.025/2005, adequação a Portaria MS nº 2.914/2011 e Plano de Segurança da Água.

Renovação da Frota

Destacou-se o incremento na frota de veículos pesados. Foram adquiridos 22 caminhões basculante caçamba, no valor de 3 milhões de reais. A frota antiga da CASAN está sendo

encaminhada para alienação gradativamente, sendo que no ano de 2016 foram leiloados 34 veículos, gerando uma receita de R\$ 170.800,00.

Mobiliário

Realizados investimentos na ordem de 639 mil reais com aquisição de novos mobiliários, buscando atender necessidades de agências e unidades da CASAN em todo estado.

Aquisição de Suprimentos

Investimento superior a 43 milhões de reais, tendo maior destaque financeiro as aquisições de produtos químicos (R\$26,5 milhões), conexões e acessórios (R\$6,9 milhões), tubos (R\$6,8 milhões), material elétrico (R\$1 milhão) e material de segurança (R\$0,7 milhão). A gestão de compras e de estoques é baseada em parâmetros de consumo, materiais em estoque, prazos de entregas e saldos contratuais.

A Empresa também promove o controle e a fiscalização do uso de reagentes e produtos químicos utilizados em seus diversos laboratórios e Sistemas de Abastecimento de Água, emitindo relatórios mensais para acompanhamento e controle pela Polícia Federal.

Tecnologia da Informação

Neste ano, o trabalho de implantação do Sistema de Gestão Empresarial - SAP foi efetivado. Foram investidos aproximadamente R\$10 milhões remanescente da contratação iniciada em outubro de 2015. A migração para o novo sistema de reconhecimento mundial, melhora a qualidade e confiabilidade da informação, melhora no planejamento, tomada de decisão e na performance da Companhia.

Repasse aos Fundos Municipais

Para cumprir as cláusulas financeiras constantes dos Convênios de Cooperação e Gestão Associada, a CASAN repassou aos municípios, através dos Fundos Municipais de Saneamento um total de R\$26,9 milhões, fortalecendo o vínculo que a CASAN mantém com os municípios conveniados.

> GESTÃO COMERCIAL

Ações Comerciais:

Aquisição de Hidrômetros

Aquisição de 99.750 hidrômetros de ¾" velocimétricos e volumétricos num total de R\$ 5,6 milhões, para aplicação em novas ligações e manutenção preventiva e corretiva em todos os municípios da CASAN.

Substituição/Instalação de Hidrômetros

Substituídos 49 mil hidrômetros, mantendo a idade média do parque de hidrometria dentro dos padrões considerados aceitáveis, estando hoje em 5,5 anos. Os resultados financeiros correspondentes a estas manutenções dos hidrômetros, já dentro do ano de 2016, foram da ordem de R\$13.823.687,00. Além disto foram calibrados 6 mil hidrômetros a pedido dos usuários.

Sistema de Telemetria/Transmissores Eletrônico de Pressão

Telemetria de mais 21 mil pontos dentre os maiores consumidores do parque de hidrometria da Companhia. Foram agregados 170 pontos com sensores de pressão, instalados em pontos estratégicos na rede de distribuição da Região Metropolitana, proporcionando uma maior eficácia na gestão operacional.

Fiscalização Comercial Operacional

Fiscalizadas mais de 40 mil ligações onde foram constatadas 2.705 fraudes (7% das ligações vistoriadas). O tipo de fraude mais comumente detectado foi a violação do corte por inadimplência. As ligações já reativadas geram um acréscimo médio em faturamento de R\$280 mil mensais e os valores de multas aplicadas aos usuários fraudadores chegaram a R\$1,5 milhão.

Recadastramento Comercial – etapa nº 02

Recadastramento Comercial de 167.385 unidades em 153 municípios através do contato Contrato STE nº 1.127/2015 (custo de R\$ 2,4 milhões), onde as informações já processadas resultaram em Dezembro/2016 um retorno médio financeiro de R\$240 mil reais mensais.

Acompanhamento dos Serviços Comerciais – Supervisão DC

Implantação e Acompanhamento da ferramenta denominada Supervisão DC, que verifica as pendências de serviços comerciais prioritários, para que sejam tomadas as devidas providências.

Ferramenta GIS

Desenvolvimento de novas opções de busca/pesquisa, inclusão de informações mensais de faturamento e volumes, visualização das informações de redes de distribuição de água e coleta de esgoto sanitário no mapa, de acordo com as informações cadastrais constantes no banco de dados da CASAN.

Gerenciamento e Emissão de CND – Certidão Negativa de Débito

Foram emitidas 9.959 (nove mil novecentos e cinquenta e nove) Certidões Negativas de Débito. Este gerenciamento de CND, é uma das ferramentas para a auxiliar a manter a pontualidade de pagamentos de Órgãos Centralizados dos Poderes Municipais, Estaduais e Federais.

Gerenciamento do Cadastro de Clientes Inadimplentes e Programas de Cobrança.

Visando manter a inadimplência controlada, como forma de cobrança, foram incluídos 18.330 usuários no Serasa, foram realizados 3.673 contatos telefônicos de cobrança e realizados 572 parcelamentos efetuados e dívida negociada, nos programas de cobrança desenvolvidos.

Atendimento de Clientes via Contact Center – 0800.643.0195

Via atendimento personalizado (Call Center) foram atendidas 332.742 (Trezentos e trinta e duas mil setecentos e quarenta e duas) ligações e o Número de Autorizações de Serviços – A.S., abertas via Call Center, foi de 152.637 (Cento e cinquenta e duas mil seiscentos e trinta e sete).

Atendimento via Chat (Atendimento textual via internet) foram 8.147 (Oito mil cento e quarenta e sete).

Ligações feitas para clientes relacionadas ao Toplama (Cobranças administrativas), setores CASAN (Comercial/Cadastro/Operacional água/esgoto) (via Ativo) foram 40.146 (Quarenta mil cento e quarenta e seis).

Via atendimento automatizado (Unidade Remota de Atendimento - U.R.A.) foram atendidas 421.301 (Quatrocentos e vinte e um mil trezentos e um) ligações de clientes e o número de Autorizações de Serviço - A.S. abertas pela URA, foi de 14.884 (Quatorze mil oitocentos e oitenta e quatro).

Ouvidoria

A Ouvidoria da CASAN atua desde 2008 com o intuito de implantar mais um canal de comunicação e atendimento direto entre a Companhia e o cidadão, a fim de responder as demandas, de forma que atenda a expectativa do cidadão desde que não desrespeite a Legislação Vigente e as normas e regras da Companhia.

> GESTÃO AMBIENTAL

No ano de 2016, a CASAN desenvolveu várias atividades com enfoque nas questões ambientais, destacando-se:

Acompanhamentos de processos de Licenciamento Ambiental junto aos órgãos responsáveis para os Sistemas de Abastecimento de Água - SAA e Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES e Transporte de Produtos Químicos Perigosos;

Cadastramento dos mananciais subterrâneos e superficiais utilizados pela CASAN para abastecimento público e lançamento de efluente tratado, com a finalidade de obtenção da Outorga de Direito de Uso da Água, junto a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS;

Desenvolvimento do Concurso Cultural HERÓIS DO SANEAMENTO com o envolvimento de aproximadamente 2100 alunos de 87 turmas de 34 escolas do município de Florianópolis;

Participação no Programa de Segurança da Água nos sistemas utilizados pela CASAN para abastecimento no Estado com a finalidade de avaliar as condições operacionais e ambientais;

Programa de Educação Ambiental - foi realizado o trabalho de educação ambiental nas escolas, com cerca de 54 atividades envolvendo 1909 alunos do ensino fundamental, no período de janeiro a dezembro/2016;

Desenvolvimento do programa TRATO PELO SANEAMENTO com a elaboração de material educativo e informativo referente a correta operação de Sistemas de Esgotamento Sanitário. O programa também oportunizou as escolas (alunos e professores) da região Norte da Ilha, em Florianópolis, ações de educação ambiental direcionadas a região com visitas guiadas a Estação de Tratamento de Canasvieiras;

Participação nos Conselhos, Câmaras Técnicas, Comissões, Grupos de Trabalho e Fóruns dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);

Coordenação de trabalho em parceria com CONSÓRCIO IBERÊ para o Projeto de Preservação, Conservação, Recuperação e Manutenção de Matas Ciliares – CASAN 2016.

Acompanhamento do estudo oceanográfico do Norte da Ilha (Florianópolis) – Alternativas locacionais para implantação de Emissário Submarino no Norte da Ilha e do Estudo Oceanográfico e de Impacto Ambiental do SES Sul da Ilha (Florianópolis) – Emissário Submarino, e;

Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA da Barragem do Rio do Salto.

> GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quantitativo de Pessoal

HISTÓRICO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Admissões	137	220	163	91	272	122	63
Demissões	171	106	120	63	61	50	23
Reintegrações	1	3	11	18	6	2	1
Quantitativo	2.059	2.176	2.238	2.283	2.500	2.581	2.622

Em 2016 a Empresa concluiu com êxito um dos maiores Concursos Públicos realizados pela Companhia. Em parceria com o Instituto AOCP, o edital lançado em dezembro de 2015 disponibilizou 26 vagas para cargos de nível fundamental, médio e superior, além da composição de um importante cadastro de reserva.

O capital humano da Companhia é a sua principal ferramenta rumo ao sucesso e reter nossos talentos é um grande desafio. Por isso, a CASAN investe para capacitar profissionais a fim de colaborarem com o crescimento da organização, ao mesmo tempo em que sintam que estão sendo reconhecidos e se desenvolvendo profissionalmente.

Nesse sentido, na área de gestão de pessoas a CASAN possui as seguintes estruturas, programas e benefícios:

Auxílio e Licença ao Colaborador com Filho ou Cônjuge Portador de Necessidades Especiais	Plano de Cargos e Salários			
Auxílio Educação	Plano de Saúde			
Auxílio-Creche	Plano Odontológico			
Auxílio-Babá	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – Vale Alimentação			
Complementação de salário Auxílio Doença em afastamento pelo INSS	Vale Cultura nos termos da legislação vigente			

Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) tem como objetivo promover e preservar a saúde dos colaboradores da CASAN, proporcionando bem-estar no trabalho e o consequente aumento de produtividade e da eficácia dos processos produtivos. Em 2016 foram realizados todos os procedimentos (exames médicos ocupacionais) e ações (cursos, palestras, campanhas de vacinação, ginástica laboral na Matriz e Superintendências, entre outros) previstas.

A CASAN em 2016 concluiu a classificação de todos os empregados nos seus respectivos Grupos Homogêneos de Exposição - GHE, permitindo a gestão dos riscos para cada grupo e as ações previstas nos programas, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, no Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, bem como gestão de

proteção por Equipamentos de Proteção individual - EPI, Treinamentos, e melhoria contínua nos diversos processos de trabalho da Empresa.

O Composição do quadro de pessoal

Escolaridade	Qtde	% do total
Alfabetizado	174	6,64%
Fundamental	313	11,94%
Médio	1.191	45,42%
Superior	458	17,47%
Especialização	431	16,44%
Mestrado	51	1,95%
Doutorado	4	0,15%
Total	2.622	100%

Gênero	Qtde	do total
Masculino	2.158	82,30%
Feminino	464	17,70%
Total	2.622	100%

Tempo de Serviço	Qtde	do total
Até 5 anos	825	31,46%
De 6 a 10 anos	406	15,48%
De 11 a 15 anos	524	19,98%
De 16 a 20 anos	58	2,21%
De 21 a 25 anos	7	0,27%
De 26 a 30 anos	294	11,21%
Mais de 30 anos	508	19,37%
Total	2.622	100%

Idade	Qtde	do total
Até 24 anos	59	2,25%
De 25 a 34 anos	562	21,43%
De 35 a 44 anos	681	25,97%
De 45 a 54 anos	755	28,79%
De 55 a 64 anos	502	19,15%
Mais de 65 anos	63	2,40%
Total	2.622	100%

Treinamento e Desenvolvimento

Em 2016 foram disponibilizados 1236 (um mil duzentos e trinta e seis) eventos internos e 202 (duzentos e dois) eventos externos, gerando 1.438 (um mil, quatrocentos e trinta e oito) eventos de capacitação e desenvolvimento aos colaboradores, proporcionando capacitação a 2.018 (dois mil e dezoito) empregados, com investimentos financeiros na ordem de R\$ 524 mil.

o Programa de Estágio

O Programa de Estágio é mantido através de convênio com as Instituições Educacionais públicas e privadas, em conformidade com a Lei 11778/2008. O estagiário estudante recebe bolsa auxílio e auxílio transporte, possibilitando uma experiência a formação profissional e ao mercado de trabalho que será inserido.

Em 2016 a CASAN admitiu 152 estagiários, com custos de R\$ 935.614,36 (novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e catorze reais e trinta e seis centavos).

Programa profissionalizar adolescentes

O Programa Jovem Aprendiz trata-se de um programa social que tem por base oportunizar a inclusão no mercado de trabalho de adolescentes e jovens. Com carga horária de quatro horas de trabalho diário, além de um salário mensal, o aprendiz recebe auxílio alimentação e vale transporte.

Em 2016 passaram pelo programa em torno de 105 jovens, com desembolso na ordem de R\$1,5 milhão.

> LICITAÇÕES E CONTRATOS

No ano de 2016 houve uma pequena redução nas contratações realizadas em comparação ao ano anterior. A distribuição da forma de contratação ocorreu conforma quadro a seguir:

	Despesa	Total Anual:		
Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	(A + B + C)
Concorrência	160.072.956	29.766.764	3.887.873	193.727.593
Tomada de Preços	144.530	-	676.769	821.299
Convite	388.591	38.374	361.980	788.944
Concurso	-	-	-	-
Pregão Presencial	-	23.260.543	29.845.853	53.106.397
Pregão Eletrônico	-	77.744.434	33.379.082	111.123.516
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	88.205	261.110	379.126	728.441
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	2.712.203	29.843	1.614.865	4.356.911
Inexigibilidade de Licitação	-	1.076.493	1.318.351	2.394.845
Regime Diferenciado de Contratação	-	-	-	-
Total	163.406.485	132.177.561	71.463.900	367.047.946

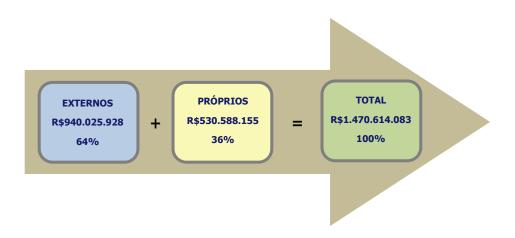
> A CASAN NOS PRÓXIMOS ANOS

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN planeja ampliar de forma progressiva a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, passando dos atuais 20,23%, para 95% em 2033. Esse plano de ampliação, que ocorrerá ao longo de dezessete anos, visa atender o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e a capacidade de investimento da companhia. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em termos de qualidade de vida para a população catarinense.

O Plano de Ação da CASAN, que atualmente abrange os anos de 2017 a 2021, prevê a realização de aproximadamente R\$1,5 bilhão em investimentos nesse período. Este plano será executado com a aplicação de recursos da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros, além de parcela significativa de recursos próprios, seja na forma de contrapartida aos contratos de financiamento, na realização integral de investimentos e também no que diz respeito aos encargos financeiros dos investimentos.

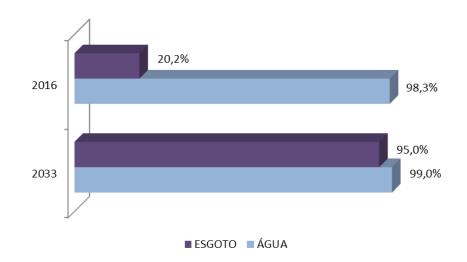
Dos investimentos planejados para o período, o esgotamento sanitário corresponde a 75%, enquanto que 23% e 2% serão destinados, respectivamente, ao abastecimento de água e investimentos administrativos.

A figura abaixo apresenta a distribuição dos investimentos segundo a fonte dos recursos; ou seja, entre próprios (CASAN) e externos (financiados). No quadro seguinte é apresenta a distribuição dos investimentos planejados também por agente financiador.



FONTE DOS RECURSOS	EXTERNO (R\$)	CASAN (R\$)	TOTAL (R\$)
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)	176.644.221	102.285.546	278.929.767
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	116.800.323	33.203.803	150.004.126
AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO (AFD)	301.963.019	95.791.024	397.754.043
AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO (JICA)	344.618.365	118.405.639	463.024.004
RECURSOS PRÓPRIOS	-	180.902.142	180.902.142
TOTAL	940.025.928	530.588.155	1.470.614.083

Índice de Cobertura dos Serviços: atual e prevista para 2033



Diretrizes para aumento de eficiência nos municípios atendidos pela CASAN

As ações para universalização dos serviços de saneamento em Santa Catarina estão focadas em ações para garantir a sustentabilidade econômico-financeira da CASAN e também a qualidade dos serviços prestados. Para aumentar sua capacidade de investimento e assegurar sua solidez operacional, a CASAN continuará trabalhando para obter ganhos de eficiência e produtividade. Nesse sentido, a Diretoria Executiva elegeu 17 campos em que serão desenvolvidos Planos de Ações, que visarão não somente a melhoria em diversas atividades, mas também a redução dos custos, focados no aprimoramento dos seguintes eixos estruturantes do negócio:

- 1. Telemetria e Automação;
- 2. Eficiência Energética;
- 3. Macromedição;
- 4. Reabilitação de Unidades Operacionais;
- 5. Modernização das Estações de Tratamento de Água Compacta
- 6. Tratamento de Efluentes;
- 7. Exploração e Monitoramento de Águas Subterrâneas;
- 8. Redução de Perdas;
- 9. Qualidade de Água e Esgoto;
- 10. Acreditação dos Laboratórios de Controle de Qualidade da Água;
- 11. Micromedição e Hidrometria;
- 12. Capacitação e desenvolvimento do corpo funcional;
- 13. Programa de Demissão Voluntária Incentivado;
- 14. Renovação de frota de veículos;
- **15.** Aprimoramento da estrutura interna e da política de atuação para melhores resultados da Procuradoria Geral;
- 16. Diversificação dos Negócios; e
- 17. Reavaliação do aproveitamento dos Bens Imóveis

> COMPLIANCE

A CASAN, partindo da premissa da sua missão de: "Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável", constitui-se em uma empresa socialmente responsável, cumpridora do seu papel de agente do desenvolvimento sustentável, baseando o seu desempenho econômico a partir da prática da responsabilidade ambiental e social, gerando o bem estar dos seus empregados, e da sociedade onde atua, aprovou e iniciou a implantação de seu Código de Ética e Conduta.

Este Código apresenta princípios éticos que consolidam os valores organizacionais em enunciados que se destinam a orientar as decisões de todos os membros da organização e demais grupos de interesse relacionados à empresa.

Apresenta ainda, um Código de Conduta com orientações em relação ao comportamento da empresa e de seus grupos de relacionamento, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses.

Estão sujeitos a este Código de Ética e Conduta todos os empregados da CASAN, comissionados, servidores públicos a disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços, e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo.

> ENCERRAMENTO

Constituindo-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, a CASAN tem como principal prioridade promover a universalidade, a continuidade, a qualidade do serviço e a sustentabilidade na prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Neste contexto, a Companhia continuará a desenvolver a sua atuação num quadro de racionalidade empresarial, de otimização permanente dos seus níveis de eficiência e da qualidade do serviço prestado e respeitando elevados padrões de qualidade e segurança.

Assegurar a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na gestão sustentável das já existentes, e prosseguir a promoção das boas práticas, desenvolvendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água continuarão a ser os principais enfoques da CASAN.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica;
- i) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares, e;
- j) Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 198 municípios sendo 197 no Estado de Santa Catarina, e 01 município no Estado do Paraná (198 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2015). Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

A Companhia possui até a presente data 23 (vinte e três) Contratos de Programa assinados com os Municípios de Balneário Barra do sul, Barra Velha, Balneário Piçarras, Biguaçu, Braço do Norte, Canoinhas, Caçador, Chapecó, Correia Pinto, Criciúma, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Forquilhinha, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Indaial, Itá, Laguna, Lauro Muller, Otacílio Costa, Rio do Sul e Xaxim, estando em fase de negociação com os demais, conforme determina a Lei 11.445/07.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Dos 198 municípios, 178 encontram-se com o contratos de concessão vigentes, 15 com os contratos de concessão vencidos e 05 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

Ano de			Número de
vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	municípios
2017	1	2034	7
2018	2	2035	4
2019	3	2036	19
2020	3	2037	0
2021	5	2038	2
2022	6	2039	4
2023	8	2040	5
2024	10	2041	3
2025	3	2042	12
2026	3	2043	11
2027	3	2044	6
2028	12	2045	4
2029	6	2046	10
2030	13	2056	2
2031	3	2065	2
2032	4	2066	1
2033	0	2081	1

Total de Municípios 178

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foram autorizadas pelo Conselho Fiscal e de Administração em 21 e 22 de março de 2017, respectivamente.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- b.1. os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.
- c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 13 Ativo fiscal diferido
- Nota 14 Imobilizado e Intangível
- Nota 19 Provisão para contingências

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

. <u>Recebíveis</u>

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

b.3. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

<u>Custos subsequentes</u>

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável - Impairment

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

<u>Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada</u>

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência sobre as diferenças resultantes da base de cálculo de faturamento para entidades governamentais, que são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- · risco financeiro

12/04/2017 10:20:51 Pág: 11

PÁGINA: 53 de 98

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos:
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

 Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de "incentivos" de clientes, ligações clandestinas:
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao n\u00e3o atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com rela\u00e7\u00e3o aos servi\u00e7\u00f3os prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- Aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- Títulos e valores mobiliários são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.895	2.895	107.464	107.464
Títulos e Valores Mobiliários	114.172	114.172	68.949	68.949
Contas a Receber (líquido de PDD)	202.702	202.702	161.700	161.700
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional Empréstimos e Financiamentos	(782.935)	(782.935)	(696.744)	(696.744)
em moeda estrangeira	(238.559)	(238.559)	(155.220)	(155.220)

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. Impairment de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Após avaliação interna da Companhia, não foi necessário constituir provisão para impairment em 31 de dezembro de 2016, e 31 de dezembro de 2015. Entretanto, para o exercício de 2017, em atendimento ao requerido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC e Resolução n.º 064 de 08 de julho de 2016, a Companhia procederá a contratação de empresa especializada para execução dos testes e avaliações acima descritos.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
	7.544		
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	840.330	170.954	1.011.284
Deduções da receita bruta	(78.001)	(15.854)	(93.855)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	762.329	155.100	917.429
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(346.141)
Lucro bruto			571.288
Depreciação e amortização total			(68.929)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(346.530)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			5.634
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			161.463

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	732.360	146.537	878.897
Deduções da receita bruta	(68.316)	(13.656)	(81.972)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados Custos dos serviços prestados e dos produtos	664.044	132.881	796.925
vendidos			(325.387)
Lucro bruto			471.538
Depreciação e amortização			(64.790)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(294.747)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(5.530)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			106.471

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de	dezembro de
	2016	2015	2014
Imobilizado	35.916	35.697	30.714
Obras em andamento	813.801	595.936	404.883
Ativo intangível	1.435.405	1442.012	1.439.772
Intangível em andamento	19.911	11.240	-
Estoques de Obras	-	14.676	15.105
Ativos dos segmentos reportados	2.305.033	2.099.561	1.890.474
Total do ativo circulante	406.682	395.134	362.635
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes, líquido	15.466	6.240	6.517
Ativo financeiro	31.725	38.775	31.633
Depósitos judiciais	77.361	78.500	69.217
Investimentos	304	304	304
Títulos e valores mobiliários	23.372	19.616	19.387
Ativo fiscal diferido	38.583	30.111	27.989
Ativo total, conforme balanço patrimonial	2.898.526	2.668.241	2.408.156

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Metropolitana	318.524	275.989	257.836
Sul/Serra	151.648	134.518	129.326
Oeste	201.962	174.862	160.705
Norte/Vale	168.196	146.991	137.977
Total	840.330	732.360	685.844
Receita Operacional por Superintendência	a: Esgoto		
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Metropolitana	128.872	111.308	102.739
Sul/Serra	20.155	17.584	16.554
Oeste	21.497	17.645	15.038
Norte/Vale	430		
Total	170.954	146.537	134.331
Receita Operacional por Município: Água			
	31 de	31 de	31 de
	dezembro de 2016	dezembro de 2015	dezembro de 2014
Florianópolis	187.167	162.375	151.184
Chapecó	46.667	40.289	37.103
Criciúma	60.962	53.676	50.143
Rio do Sul	20.990	18.432	17.524
São José	75.488	65.962	61.535
Outros	449.056	391.626	368.355
Total	840.330	732.360	685.844

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Município: Esgoto

_	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Florianópolis	103.713	88.921	82.350
Chapecó	18.019	15.389	13.342
Criciúma	15.861	13.742	12.879
Rio do Sul	-	-	-
São José	23.492	20.502	18.649
Outros	9.869	7.983	7.111
Total	170.954	146.537	134.331
Resumo dos custos e despesas			
	31 de	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de	dezembro de
Despesas	2016	2015	2014
Custo dos serviços prestados e dos produtos		207 444	22 / 22 /
vendidos	412.442	387.111	334.831
Vendas	86.989	78.156	65.776
Gerais e Administrativas	262.169	219.657	235.626
Total	761.600	684.924	636.233
Resumo das receitas			
	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de
Receitas	2016	2015	2014
Água	840.330	732.360	685.844
Esgoto	170.954	146.537	134.331
Total	1.011.284	878.897	820.175

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de	dezembro de
	2016	2015	2014
Bens numerários*	1	85.064	12
Bancos conta movimento	901	1.381	564
Bancos conta arrecadação	1.951	14.847	18.422
Bancos conta vinculada	42	6.172	6.126
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	2.895	107.464	25.124

• O valor de R\$85.064 em saldo de bens numerários refere-se a cheque administrativo da Caixa, recebido pela colocação de debêntures, compensando no dia 04 de janeiro de 2016.

8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$114.172 (R\$68.949 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 124.581 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante			
Consumidores finais	152.644	121.640	100.111
Entidades públicas	25.648	32.198	30.562
Consumo a faturar	48.514	41.654	39.993
(-) Provisão para créditos de			
liquidação duvidosa PCLD	(39.975)	(40.237)	(36.907)
Total Circulante	186.831	155.255	133.759

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Não circulante			
Consumidores finais	5.936	5.272	5.591
Entidades públicas	9.530	968	926
Créditos reconhecidos como perdas	140.633	128.408	112.959
(-) Perdas reconhecidas	(140.633)	(128.408)	(112.959)
Total Não circulante	15.466	6.240	6.517
Total Contas a Receber de Clientes	202.297	161.495	140.276

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2016, segregadas pela faixa de idade dos saldos: .

Categoria	A vencer	< 90 dias	>90 dias e < 180 dias	>180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	14.302	3.753	941	4.363	14.610	37.969
Industrial	2.297	633	198	758	3.458	7.344
Pública	18.207	2.814	2.201	8.702	62.974	94.898
Residencial	75.722	26.991	5.724	26.152	59.591	194.180
Consumo a faturar	48.514					48.514
	159.042	34.191	9.064	39.975	140.633	382.905
PCLD				(39.975)	(140.633)	(180.608)
Total Contas a Receber	159.042	34.191	9.064			202.297

- a) O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº063 de 08 de julho de 2016 da ARESC Agência de Regulação de Públicos de Santa Catarina, deliberação nº 015, de 07 de julho de 2016 da ARIS Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e Parecer Administrativo nº 021/2016 da AGIR Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 10,81% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos faturados a partir de 15 de agosto de 2016.
- b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2016 a conta apresenta um saldo de R\$3.302 (R\$11.688 em 31 de dezembro de 2015 e R\$17.681 em 31 de dezembro de 2014). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados do contas a receber da Companhia.

10 ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Materiais em almoxarifado	43.055	28.999	27.274
Materiais em poder de terceiros	55	55	55
Materiais em Trânsito	-	46	134
Outros	34_	22	971
Total Estoques	43.144	29.122	28.434

11 OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Adiantamentos a fornecedores	3.136	82	-
Convênios com prefeituras	7.260	7.041	18.075
Adiantamentos a empregados	2.152	2.106	1.973
Cauções	245	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.218	1.145	1.485
Impostos a recuperar	60.018	34.315	37.707
Outros créditos	983	907	863
Total	75.012	45.841	60.348

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceirização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12 ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Ativos financeiros	<u>Saldo Contábil</u> antes dos ajustes	<u>12,5% a.a.</u>	N° anos restantes	<u>Ajustes em</u> 2011 a 2016	Saldo Contábil em 31/12/2016
Balneário Gaivotas	967	121	2	726	242
Campo Alegre	573	72	2	429	143
Canelinha	853	107	2	640	213
Capivari de Baixo	120	15	2	90	30
Corupá	639	80	2	479	160
Garuva	508	63	3	318	191
Gravatal	8.267	1.033	6	2.067	6.200
Imbituba	24.816	3.096	5	9.287	15.529
Massaranduba	751	94	2	563	188
Meleiro	241	30	2	181	60
Penha	6.337	792	3	3.960	2.376
Praia Grande	983	123	4	491	491
Presidente Getúlio	1.119	140	2	839	280
São Francisco do Sul	6.423	803	4	3.212	3.212
São Jose do Cedro	3.585	448	5	1.344	2.241
Três Barras	675	84	2	506	169
Total	56.857	7.101		25.132	31.725

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Tubarão	17.000	Camboriú	7.000
Balneário Gaivota	2.420	Navegantes	6.000
Campo Alegre	1.879	lçara	15.000
Canelinha	4.094	Balneário Camboriú	40.000
Capivari de Baixo	955	Schroeder	2.000
Corupá	3.982	Sombrio	2.594
Fraiburgo	2.200	São Francisco do Sul	7.047
Guaramirim	6.535	Barra Velha	6.000
Itapoá	3.469	Itajaí	30.000
Imbituba	25.037	Joinville	135.000
Massaranduba	2.486	Papanduva	800
Meleiro	571	Três Barras	2.281
Palhoça	10.000	Timbó	5.000
Penha	8.896	Itapema	4.000
Praia Grande	1.078	São José do Cedro	3.584
Presidente Getúlio	4.536	Lages	110.000
Porto Belo	19.852	Garuva	475
João Batista	1.900	Gravatal	8.308
Total de Indenizações		_	501.979

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

13 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

				31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.975	9.994	3.597	13.591	13.680
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências cíveis	43.844	10.961	3.946	14.907	10.360
Provisão para contingências trabalhistas	29.533	7.383	2.658	10.041	6.027
	113.480	28.370	10.213	38.583	30.111
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				38.583	30.111

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Total
Em 01 de janeiro de 2015	15.440	12.549	27.989
Creditado à demonstração do resultado	991	1.131	2.122
Em 31 de dezembro de 2015	16.431	13.680	30.111
Creditado à demonstração do resultado	8.561	(89)	8.472
Em 31 de dezembro de 2016	24.992	13.591	38.583

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2016 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

a) Intangível por segmento:

	31 de dezembro de 2015 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Municipa- lizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de dezembro de 2016 Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição Sistema de Esgoto	801.498	(8.935)	(18)	21.035	813.580
Redes/Tratamento	640.514	(21.441)	-	2.752	621.825
Software	11.240			8.671	19.911
Total	1.453.252	(30.376)	(18)	32.458	1.455.316

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e ativos administrativos			
	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro de	dezembro de
	de 2016	2015	2014
Água			
	452.720	70 447	FO 437
Produção	153.739	78.447	50.437
Distribuição	56.507	77.741	47.505
Projetos e obras de operação Imediata	13.048	12.694	12.415
	/		
Total Água	223.294	168.882	110.357
Esgoto			
Coleta, tratamento e lançamento final	355.133	237.131	181.238
Estudos e projetos em elaboração	172.701	144.385	81.095
Projetos e obras de operação Imediata	423	47	95
Projetos e obras de operação iniediata	423		
Total Esgoto	528.257	381.563	262.428
Projetos e obras administrativas	44.968	37.153	26.203
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e	11.700	57.155	20.203
convênios com prefeituras	17.282	23.014	21.000
Convenies com protottal as	.,,===		
Ativos Administrativos			
Saldo inicial 01 de janeiro	35.697	30.714	28.897
Depreciação e amortização	(2.895)	(2.216)	(2.011)
Baixas, municipalizações e ajustes	(1.401)	(1.052)	` 199
Aquisições e transferências	`4.51Ś	8.25 1	3.629
Total Ativos Administrativos	35.916	35.697	30.714
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	849.717	646.309	450.702
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	047./1/	040.309	430.702

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31 de	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de	dezembro de
	2016	2015	2014
Ativos reavaliados	742.199	776.286	795.698
Tributos sobre a reavaliação	(188.319)	(194.309)	(200.564)
Saldo da reavaliação	553.880	581.977	595.134

c) Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

	31 de dezembro de			31 de dezembro de	31 de dezembro de	
Município	2016				2014	
	Amortização Valor			Valor	Valor	
	Custo	acumulada	líquido	líquido	líquido	
Caçador	16.200	(5.205)	10.995	11.324	11.444	
Concórdia	20.316	(6.414)	13.902	14.208	14.629	
Chapecó Criciúma Sistema Local e	189.324	(50.202)	139.122	144.608	139.103	
Integrado	279.863	(81.192)	198.671	163.375	169.831	
Curitibanos Florianópolis Sistema Local	16.397	(6.596)	9.801	10.210	10.314	
e Integrado	948.537	(337.513)	611.024	609.569	578.171	
Gravatal	-	-	-	-	8.574	
Laguna Rio do Sul Sistema Local e	18.688	(6.079)	12.610	12.979	13.250	
Integrado	25.412	(9.900)	15.512	15.498	15.012	
Santo Amaro da Imperatriz	16.693	(5.606)	11.087	11.807	12.133	
São Joaquim	58.692	(9.198)	49.494	51.137	52.454	
São José São Miguel do Oeste	65.212	(24.491)	40.720	71.805	73.684	
Sistema Local e Integrado	25.799	(6.252)	19.547	20.513	21.011	
Siderópolis	15.189	(3.218)	11.971	54.888	57.011	
Outros	457.316	(146.456)	310.860	261.331	263.151	
	2.153.638	(698.322)	1.455.316	1.453.252	1.439.772	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de
Imobilizado e Intangível	2016	2015	2014
Construção civil	4%	4%	4%
Equipamentos	10%	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%	10%

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Encargos incidentes
Operações no exterior:					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	8.523	-	163.397	106.260	7,22% a.a+ var.cambial
Japan International Cooperation Agency - JICA	1.347	-	65.292	47.436	1,20% a.a.
Kreditanstalt Für Wiederaufbau KFW		1.524			4,5% a.a.+ var.cambial
Total Operações no exterior	9.870	1.524	228.689	153.696	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras	1.251	2.674	142.273	103.750	9,87% + TR
Fund. Petrobras de Seguridade Social - Petros	-	5.834	-		IPCA+12%a.a.
Postalis Inst. Seg. Soc. Dos Correios e Telegrafos	-	20.000	=	12.500	IPCA+12%a.a.
FIPECQ	-	2.383	-		IPCA+12%a.a.
Fundação de Previdência dos empregados da CEB	-	1.723	-		IPCA+12%a.a.
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	17.545	4.289	235.119	250.000	IPCA+09%a.a.
Debêntures	12.437		291.892	200.000	Ver nota explicativa
Total Operações no país	31.233	36.903	669.284	566.250	
Total Empréstimos e Financiamentos	41.103	38.427	897.973	719.946	
	_		_		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- a) O empréstimo e financiamento em moeda estrangeira *Kreditanstalt Für Wiederaufbau KFW*, foi convertido para reais, mediante a utilização da taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras, sendo 1 Euro equivalente a R\$3,4384 em 30 de dezembro de 2016 (R\$4,2504 em 31 de dezembro de 2015).
- b) Em 31 de dezembro de 2016 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2015).
- c) Em 31 de dezembro de 2016 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.
- d) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem o seguinte escalonamento:

	31 de
	dezembro de
Ano:	2016
2017	41.103
2018	177.182
2019	177.042
2020	177.281
Após 2020	366.468
	939.076

Banco Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW) em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos, no valor de DM10.000. O contrato prevê juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho e dezembro, garantia da República Federativa do Brasil. Sua quitação foi realizada em dezembro de 2016.

Japan International Cooperation Agency - JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 30 de junho de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. Estima-se que o investimento ficará em torno de R\$383.594, sendo R\$273.055 financiados pelo Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN. Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia recebeu o montante de R\$65.292. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil e os juros incidentes são de 1,20% a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD,

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a /Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia recebeu o montante R\$163.397 equivalente a €25.000.

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

		31 de dezembro de	31 de dezembro de
Ano dos contratos:	Vencimentos finais	2016	2015
2010	2032	21.273	20.660
2012	2018 a 2036	122.251	85.764
Total		143.524	106.424

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Em 05 de junho de 2014 a Companhia realizou quitação de financiamentos junto ao Caixa Econômica Federal para obras de saneamento básico, com vencimentos entre 2014 e 2020, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.

Fundação de Previdência dos Empregados da CEB e outros (Banco Prosper)

Em julho de 2009 a Companhia firmou contrato com o Banco Prosper. A operação conta com prazo de carência de 2 (dois) anos, prazo total de 7 (sete) anos e taxa de juros de aproximadamente 12% ao ano + IPCA.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil; 3,5% do valor do crédito concedido caucionado em aplicação financeira; e 120%, em conta vinculada, do valor atualizado do serviço da dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em setembro de 2012 o Banco Prosper teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil e desde então a Empresa BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda., interveniente fiduciário das CCBs do Prosper, têm intermediado o pagamento das CCBs diretamente aos credores sendo eles:

POSTALIS: CCB 340/09 e CCB 253/10

PROSPER: CCB 342/09

PETROS: CCB 193/09

FIPECQ: CCB 324/09

FACEB: CCB 325/09

Assim, desde a liquidação extrajudicial do Banco Prosper, os pagamentos estão sendo efetuados normalmente direto na conta dos credores.

Em 06 de janeiro de 2016, a Companhia quitou na integralidade as cédulas de créditos bancários acima.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 10 de maio de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou à constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) no valor de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), lastreados com recebíveis da CASAN, com o intuito de garantir o fluxo financeiro necessário a realização de obras de saneamento.

A estruturação e distribuição da operação foram coordenadas pela empresa Planner Trustee DTVM Ltda, em conjunto os seguintes participantes: Administrador/Gestor do Fundo: Caixa Econômica Federal; Gestor: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco do Brasil S.A.; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Agência de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda. (Rating Obtido: Br A); Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Análise da Carteira e Verificador das Condições de Cessão: KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda; EDI (dados): OpenText Corporação (GXS); e Distribuição: Planner Trustee DTVM Ltda e Caixa Econômica Federal.

Em 29 de maio de 2014 foi iniciada as atividade do FIDC CASAN Saneamento, obtendo como resultado a colocação junto ao mercado de capitais de 216.500 cotas sêniores totalizado a capitalização de R\$216.500 (duzentos e dezesseis milhões e quinhentos mil reais). Também foram capitalizadas pela CASAN 6.495 cotas subordinadas, totalizando R\$6.495 (seis milhões quatrocentos e noventa e cinco mil reais), equivalente ao percentual de 3% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A operação autorizada possui as seguintes características:

- $\bullet\,$ Operação: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, nos termos da instrução CVM nº 356/2001 ("FIDC");
- Emissor: CASAN Companhia Catarinense de Águas e Saneamento:
- Principal: de até R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

- Regime de Colocação: Oferta pública de colocação nos termos da Instrução CVM n° 476/2001 sob regime de melhores esforços;
- Data de Vencimento: 120 meses a partir da Data de Emissão (10 anos);
- Atualização do Principal: O Principal será atualizado monetariamente pelo índice de inflação medido pelo IPCA/IBGE;
- Remuneração: 9,0% a.a.;
- Carência do Principal: 36 meses (3 anos);
- Amortização do Principal: 1,1905% do Principal por mês do 37° ao 120° mês;
- Periodicidade dos Juros: Juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo do Principal;
- Cotas Subordinadas: 3% da Operação (adquiridas pela CASAN);
- Garantia: recebíveis arrecadados correspondentes a 2,5 vezes o valor da próxima PMT;
- Índice de Cobertura da Dívida: Devem passar pela conta centralizadora pelo menos 5 vezes o valor da próxima PMT;
- Covenant Financeiro: (Dívida Líquida / EBITDA) inferior ao índice de 4,5.

<u>Debêntures</u>

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da companhia aprovou a primeira emissão de 30.000 mil (trinta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 09 de dezembro de 2015 vencendo-se, portanto em 09 de dezembro de 2020, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em quatro séries conforme abaixo:

- 1ª série: 8.333 mil debêntures;
- 2ª série: 16.665 mil debêntures;
- 3ª série: 1.667 mil debêntures e
- 4ª série: 3.335 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, correspondente a 2,7027%, a partir do 24° (vigésimo quarto) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2017, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

A Remuneração das Debêntures da primeira e terceira série contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas diárias da Taxa de Juros Longo Prazo "TJLP", divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 11,95% a.a. ("Spread da primeira e terceira série). A segunda e quarta série incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 3,50% a.a.

A Companhia paga mensalmente juros remuneratórios e o montante pago até 31 de dezembro de 2016 foi de R\$59.828 milhões.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador; e provisão de férias.

24 4-

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante</u> :			
Provisão para férias com encargos	27.956	25.763	21.745
INSS	5.426	4.994	4.256
FGTS	1.954	1.723	1.471
IR s/folha de pagamento	3.307	2.581	2.024
Plano de saúde e previdência	1.618	3.130	1.503
Consignações	2.921	2.615	1.435
Participação em resultados	3.150	3.150	3.150
Vale alimentação	23	7.465	2.654
Outros	839	413	375
Total Circulante	47.194	51.834	38.613

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

17 IMPOSTOS E CONTRIBUICÕES A RECOLHER

A composição em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 apresenta os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante</u> :			
. REFIS	12.796	11.446	12.020
. COFINS	6.297	5.214	4.948
. PIS/PASEP	1.302	1.068	1.011
. Imposto de Renda - retenções	214	148	43
. Imposto de Renda sobre lucro real	19.493	2.880	12.810
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	650	714	62
. INSS de terceiros	946	745	474
. Contribuição social sobre lucro real	8.797	2.393	4.920
. Outros	778	648	544
Total circulante	51.273	25.256	36.832
<u>Não circulante</u> :			
. REFIS	51.074	53.724	57.608
Total não circulante	51.074	53.724	57.608

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic *overnight* acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Materia	DCEN	CDE	Total da dívida	Amortização com
<u>Natureza:</u>	PGFN_	SRF	na adesão	créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	_
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175		4.175	
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

			Total da dívida
Natureza:	PGFN	SRF	na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	47.244	32.789	80.033

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

		Circulante			Não Circulante	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo anterior	11.446	12.020	9.105	53.724	57.608	62.659
Transferências	10.706	9.921	10.273	(10.706)	(9.920)	(10.273)
Consolidação		-	2.551			-
Atualizações (TJLP)		671	72	8.056	6.036	5.222
Amortizações	(9.356)	(11.166)	(9.981)			
	12.796	11.446	12.020	51.074	53.724	57.608

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$188.319 em 31 de dezembro de 2016 (R\$194.309 em 31 de dezembro de 2015), conforme mencionado na nota explicativa n°14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Provisão para contingências fiscais	128	128	128
Provisão para contingências cíveis	43.844	30.471	25.916
Provisão para contingências trabalhistas	29.533	17.726	19.370
	73.505	48.325	45.414
Depósitos judiciais	(77.361)	(78.500)	(69.217)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(3.856)	(30.175)	(23.803)
insuricicincia (suricicincia) da cobertara	(3.030)	(30.173)	(23.003)

As ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$92.301 (R\$113.208 em 31 de dezembro de 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$43.844 em 31 de dezembro de 2016 (R\$30.471 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 25.916 em 31 de dezembro de 2014).

b) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2016 (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$29.533 em 31 de dezembro de 2016 (R\$17.726 em 31 de dezembro de 2015 e R\$19.370 em 31 de dezembro de 2014) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$4.137 (R\$38.532 em 31 de dezembro de 2015 e 2014). Houve uma reversão de R\$34.395 a título de atualização do risco atuarial conforme padrão estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 33(R1) referendada pela deliberação CVM 695.

A Companhia contratou a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, para calcular o passivo atuarial a ser atualizado em 31 de dezembro de 2016 e até a data da divulgação do balanço o relatório não estava concluso, ficando mantido o saldo apurado no relatório do ano anterior. Após o recebimento dos trabalhos a Companhia irá ajustar no primeiro ITR de 2017 o saldo desta conta.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Descrição			
<u>Circulante:</u>			
PDVI com indenização única	1.215	1.218	1.236
PDVI com indenização mensal	7.536	10.002	12.716
Total Circulante	8.751	11.220	13.952
Não circulante:			
PDVI com indenização mensal	6.008	12.543	20.981
Total Não Circulante	6.008	12.543	20.981
Total PDVI	14.759	23.763	34.933

Até 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado do exercício, a título de despesas com o PDVI, o montante de R\$2.410 (R\$2.413 em 31 de dezembro de 2015 e R\$3.417 em 31 de dezembro de 2014).

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Visa os empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Visa os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	dezembro de	
Inscritos	813	813	813	
Processo em tramitação	0	0	0	
Rescisões para datas futuras	0	0	0	
Demissões com PDVI	538	538	538	
Demissões sem PDVI	59	59	59	
Indeferimento de pedidos	55	55	55	
Desistência do empregado	161	161	161	
Número de empregados	2.622	2.581	2.500	
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	1.018	39% 960	37% 764	31%

21 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<u>Circulante:</u> Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	7.894	8.013	9.670
CODESC	106	106	106
Total de contas a receber dos acionistas	8.000	8.119	9.776

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2016	2015	2014
<u>Circulante :</u>			
CELESC	7.293	7.975	5.458
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa			
Catarina	3.364	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores	10.457	44.220	2 222
acionistas	10.657	11.339	8.822
Empréstimos a pagar a acionista			
	24.1	24.1	24.1
	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de
	2016	2015	dezembro de 2014
Circulante:			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa			
Catarina	19.805	20.615	12.123
Não circulante:			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa			
Catarina	62.613	72.977	91.933
Total empréstimos a pagar para acionistas	82.418	93.592	104.056

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Resultado das operações com acionistas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita bruta de serviços prestados	23.676	21.646	18.544
Custos e despesas	(92.595)	(88.970)	(57.648)
Juros de empréstimo com acionista	(8.202)	(9.069)	(8.324)
Resultado	(77.121)	(76.393)	(47.428)

a. Empréstimos a pagar para acionista:

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2016, nos montantes de R\$19.805 e R\$62.613, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

22 RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.853 em 31 de dezembro de 2016 (R\$18.682 em 31 de dezembro de 2015 e R\$18.678 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2015 e 2014) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

	Quantidade de ações		
	31 de dezembro de 2016, 2015 e 20		
Discriminação do capital subscrito:	Ordinárias	Preferenciais	
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771	
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112	
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332	
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa	55.358.800	55.357.200	
Catarina - CODESC	16.315.575	-	
Pessoas Físicas	8.054	7.801	
Total de ações	357.547.216	357.547.216	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

b. <u>Dividendos</u>

Cálculo dos dividendos	2016
Lucro Líquido do Exercício	28.374
(-) Reserva Legal (5%)	1.419
Realização da Reserva de Reavaliação	7.308
Base para Dividendos	34.263
Dividendos Propostos	8.566

Em dezembro de 2016 o saldo da conta de dividendos propostos é de R\$13.800 com a seguinte composição: no ano de 2016 R\$8.566, ano de 2015 R\$1.158 e no ano de 2014 R\$4.076, no qual os valores de 2015 e 2014 pertencem ao acionista majoritário, Governo do Estado de Santa Catarina.

c. Reservas para fundo de investimentos

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração e da Legislação Societária, destinada a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá como finalidade assegurar investimentos em bens no ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos sempre que necessário, na distribuição de dividendos ou na incorporação ao capital social a ser deliberada em AGO.

d. Outros Ajustes

O valor de R\$1.139 apresentado no demonstrativo das mutações do patrimônio líquido, referese principalmente a diferenças em notas fiscais e de ajustes procedidos após realização de inventario patrimonial na companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

24 RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tarifas de água	815.954	709.804	667.663
Tarifas de esgoto	170.906	146.505	134.288
Outras receitas de serviços de água	24.376	22.556	18.181
Outras receitas de serviços de esgoto	48	32	43
Total do faturamento	1.011.284	878.897	820.175
Impostos sobre vendas e outras deduções	(93.855)	(81.972)	(75.479)
Total receita líquida	917.429	796.925	744.696

25 DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos	323.158	285.975	268.783
Materiais	51.698	45.255	43.493
Serviços de terceiros	212.261	197.342	163.509
Gerais e tributárias	48.629	25.671	27.902
Depreciações, amortizações e provisões	88.589	83.524	80.713
Recomposição de pavimentação	21.982	18.032	610
Fundos para programas municipais	15.283	29.125	51.223
Total	761.600	684.924	636.233

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários	141.998	124.337	106.411
Custos previdenciários	61.239	56.167	65.801
FGTS	15.434	13.527	11.428
Programa de alimentação	25.200	22.132	18.493
Programa de saúde	17.119	14.273	15.407
Outros benefícios	62.168	55.539	51.243
Total	323.158	285.975	268.783
Número de empregados	2.622	2.581	2.500

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2016, em relação a igual período de 2015 e 2014, é assim apresentada:

	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2016	2015	2014
Receitas financeiras:			
Descontos obtidos	661	602	14
Juros ativos	5.250	1.721	1.738
Rendimento de aplicações financeiras	11.023	16.970	12.974
Variações monetárias e cambiais	3.000	4.747	3.543
Outras	543	911	618
Total Receitas Financeiras	20.477	24.951	18.887
Despesas financeiras:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(83.545)	(109.445)	(78.270)
Variações monetárias e cambiais	(715)	(1.249)	(431)
Multas e acréscimos moratórios	-	-	(6.703)
Debêntures	(53.460)	-	-
Outras	(7.319)	(9.669)	(1.666)
Total Despesas Financeiras	(145.039)	(120.363)	(87.070)
Resultado Financeiro Líquido	(124.562)	(95.412)	(68.183)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Outras receitas operacionais:			
. Pessoal à disposição . Indenizações e ressarcimento de	3.729	3.662	3.460
despesas . Comissão prestação de	1.213	356	946
serviços/convênios	20	224	78
. Ressarcimento folha de pagamento . Recuperação do plano auxílio	1.280	1.158	1.531
desemprego	34.395	-	-
. Vendas de bens do imobilizado	472	812	118
. Reembolso mensalidade Unimed	1.473	303	-
. Outras	200	89_	88
Total Outras Receitas Operacionais	42.782	6.604	6.221
Outras despesas operacionais:			
. Baixa de imobilizado	(14)	(1.041)	(60)
. Fiscais e tributárias	(12.253)	(6.791)	(8.050)
. Causas cíveis	(13.109)	(4.373)	98.608
. Causas trabalhistas	(11.772)	71_	(6.309)
Total Outras Despesas Operacionais	(37.148)	(12.134)	84.189
Outras Despesas Operacionais Líquidas	5.634	(5.530)	90.410

29 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014 EM MILHARES DE REAIS

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$17.107. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência e dois caminhões utilizados na operação, cuja cobertura monta R\$1.090. Além disso, a Companhia possui 421 veículos alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Trata-se do imposto federal sobra a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de Renda e a contribuição social são 25% e 9%, respectivamente, representando uma taxa de 34% para os exercícios de 2016, 2015 e 2014.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A - CASAN

Florianópolis (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A - CASAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20, que menciona que em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$4.137 (R\$38.532 em 31 de dezembro de 2015 e 2014). Houve uma reversão de R\$34.395 a título de atualização do risco atuarial conforme padrão estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 33(R1)

referendada pela deliberação CVM n° 695/2012, suportada por Laudo Técnico elaborado por atuário. Para o fechamento das Demonstrações Contábeis de 2016, a Companhia contratou a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, para calcular o passivo atuarial a ser atualizado e até a data da divulgação do balanço o relatório não estava concluso, ficando mantido o saldo apurado no relatório do ano anterior. Após o recebimento dos trabalhos do atuário a Companhia irá ajustar os saldos da conta mencionada no primeiro ITR de 2017. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível

A Companhia é parte em contratos relevantes de concessão, e possui compromisso de expansão e manutenção das infraestruturas. O negócio em questão, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. Devido ao alto grau de julgamento exercido na alocação dos gastos entre: (i) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos impactam significativamente nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo intangível e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do exercício, também avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera o histórico de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos pela assessoria jurídica interna da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê -lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- •Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- •Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- •Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 21 de marco de 2017.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim

CRC/SC 9.914/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN -, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou a Demonstração de Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Valores Adicionados e as Notas Explicativas. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia, e no parecer sem ressalvas emitidas pela VGA Auditores Independentes, opinam, por unanimidade que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e estão em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Florianópolis, 21 de março de 2017. AURÉLIO ASSIS DE BEM FILHO

NILSON MACIESKI

ADEMIR VICENTE MACHADO

ANTONIO CERON

ROBERTO FERNANDO CARVALHO AGOSTINI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no inciso 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por VGA Auditores Independentes no parecer apresentado relativo as demonstrações financeiras do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, auditadas pela VGA Auditores Independentes. Florianópolis, SC, 21 de março de 2017.

PÁGINA: 96 de 98

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETOES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no inciso 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por VGA Auditores Independentes no parecer apresentado relativo as demonstrações financeiras do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, auditadas pela VGA Auditores Independentes.

Motivos de Reapresentação

Versão Descrição Erros de digitações nas notas explicativas 23 - Patrimonio liquido, letra b Dividendos e na nota 28 - Outras Receitas e Despesas Operacioais Liquidas. No relatorio da administratação erros de digitações no item GESTÃO DE RECUSROS HUMANOS nos quadros Quatitativos de Pessoal e Composição do quadro de pessoal.